

MODELOS URBANÍSTICOS MODERNOS E PARQUES URBANOS:
AS RELAÇÕES ENTRE URBANISMO E PAISAGISMO EM SÃO PAULO NA
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

FABIANO LEMES DE OLIVEIRA

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADOR:

PROF. DR. JOSEP MARIA MONTANER

DOCTORADO EN TEORÍA E HISTORIA DE LA ARQUITECTURA
DEPARTAMENTO DE COMPOSICIÓN ARQUITECTÓNICA
UNIVERSITAT POLITÈCNICA DE CATALUNYA - UPC

Março
2008

4.2.3.1. EXPANSIONISMO E UNIDADES DE VIZINHANÇA: O PLANO REGIONAL DE SANTOS (1947)

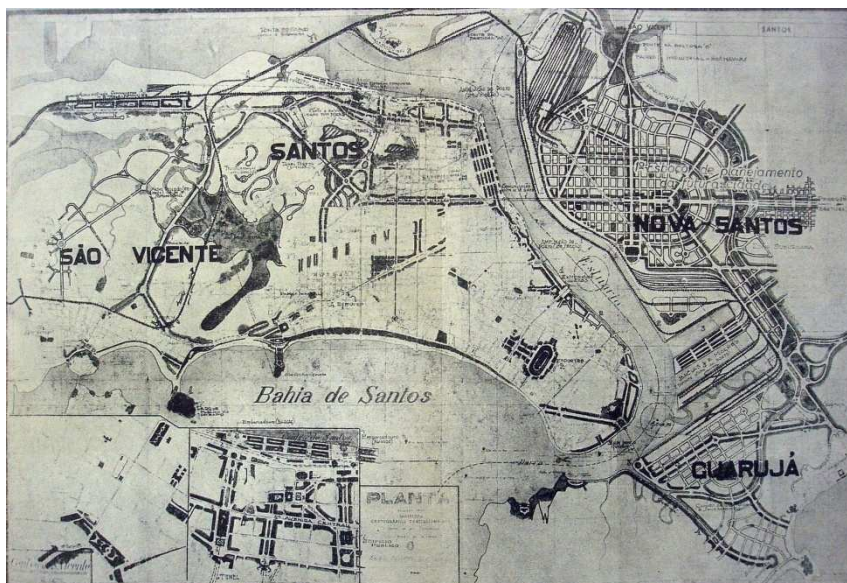


fig 52 - Plano Regional de Santos

Fonte: MAIA. 1950.

Em 1947, Prestes Maia elabora o Plano Regional de Santos. (fig 52) Basicamente, se além à expansão da cidade, unindo o tecido urbano existente com a ilha de Santo Amaro, onde estrutura, sobretudo, zonas comerciais, residenciais e prevê a expansão portuária. Importa destacar como Maia durante sua trajetória flexibiliza suas concepções, transforma e adota ideários distintos, outras visões urbanísticas e parentescos lingüísticos. Destacamos como após a viagem aos Estados Unidos aproxima-se com maior decisão da idéia de Unidades de Vizinhança e da discussão sobre os Planos Regionais. Ali pode também verificar como se tratavam as vias de comunicação rodoviária, em suas similitudes e distanciamentos, nas propostas da RPAA, do Plano Regional de Nova York e nas obras de Robert Moses.

Interessa remeter inicialmente para como a partir da Segunda Guerra, nas discussões urbanísticas nacionais, as formas de estabelecer planos regionais, em utilizar o zoneamento como instrumento de controle e o ideário das *Neighborhood-Units* ganham grande relevo.⁶⁵ Este último, se já estava presente em trabalhos mais antigos como a *Cité Industrielle* de Tony Garnier, é efetivada na construção de Radburn, projeto de Clarence Stein e Henry Wright para uma cidade de 25.000 habitantes, em New Jersey, em 1929, e teorizada por Clarence Perry no volume 7 do *Regional Survey of New York and its Environs*. Interessa chamar atenção para o fato de que os estudos sobre o convívio do pedestre com o automóvel e as revisões do papel da rua encontram em Radburn soluções que buscaram a clara separação de ambas as circulações

através de um sistema hierarquizado de vias para o carro e de passeios verdes nos interiores das quadras para os pedestres.⁶⁶ Tanto este projeto como as teorias de Perry Já eram conhecidos no Brasil no momento de sua publicação, tendo em Anhaia Mello um dos principais difusores, e passa a ser cada vez mais defendida internacionalmente no pós-guerra, a partir da queda do deslumbramento do papel do progresso e da máquina na conquista do bem-estar coletivo. Nesta direção, tanto Sert como Gropius⁶⁷ passam a incorporar tal elaboração teórica em seus escritos e ao propor novas organizações urbanas. Rememoramos o papel que teve Lewis Mumford, no trabalho *The City in History*, de 1938, nesse processo de revisão crítica da “tecnolatria” e de dependência do homem em relação à máquina, defendendo um urbanismo pautado em processos históricos e culturais e centrado no homem e suas relações sociais. Para ressaltar este aspecto, destacamos também como Giedion em 1943 publica *Nine Points on Monumentality* e no ano seguinte: *The Need for a New monumentality*, onde escreve sobre o uso adequado da monumentalidade, da necessidade humana de criar símbolos, de sua preocupação acerca da passividade das pessoas no uso de espaços coletivos e sobre a ausência de vida comunitária:

Las épocas que han producido una vida comunitaria animada siempre han sido capaces de dar forma a la imagen de su sociedad en centros colectivos. Así surgieron el ágora, el foro, la calle medieval de mercado y la plaza medieval.

Nuestra época ha sido incapaz hasta ahora de crear algo que fuera equiparable a tales instituciones.⁶⁸

É ilustrativo desse interesse como no encontro do CIRPAC prévio ao CIAM de Bridgwater em 1947, verifica-se a preocupação com a recuperação das relações humanas coletivas. Ali, o grupo estadunidense propôs o *Community Planning* como tema para o próximo encontro; Richards sugeriu: *architecture in relation to common man* e o grupo polonês: *Neighborhood Planning*. Ademais, no referido CIAM, Giedion apresenta uma nova versão do texto de 1943 mencionado, e em 1948 lança *Mechanization takes Command: A contribution to Anonymous History*, criticando a ênfase no progresso como instrumento que em si traria melhores condições de vida; e Zevi, dois anos depois, propagandearia a arquitetura “orgânica” e pós-racionalista.

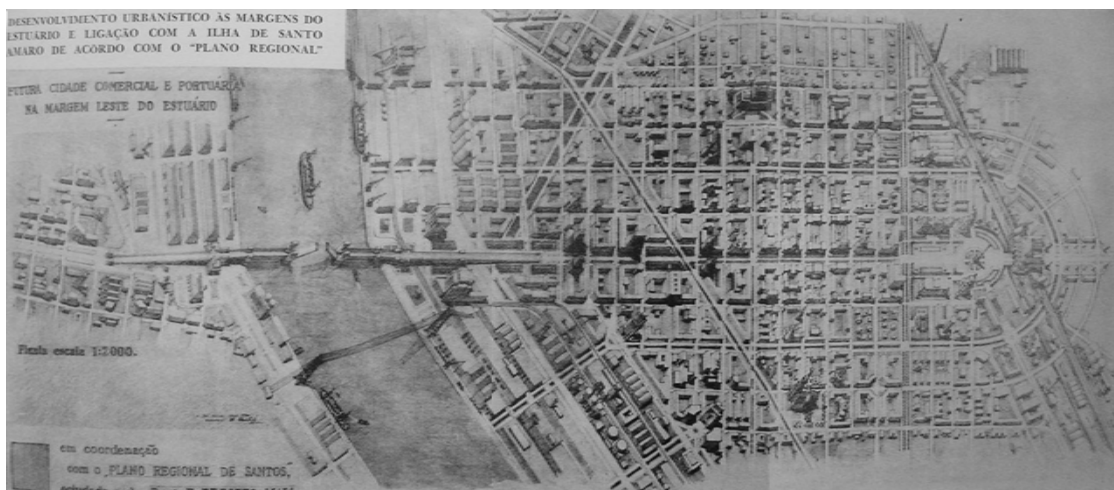


fig 53 - Perspectiva do Plano Regional de Santos.

Fonte: MAIA. 1950.

Na proposta de Maia para Santos, tal reflexão também se evidencia. Busca ao mesmo tempo articular a cidade através de bairros comunitários e de um sistema hierárquico de vias. Nesta direção, ao tratar da expansão e zoneamento da cidade, pontua como fundamentais tanto as unidades de vizinhança como a idéia de cidade-linear. Sobre a primeira, a define como:

uma unidade autosuficiente, espécie de bairro contido num perímetro de artérias de primeira ordem, cobrindo uma área variável entre 600 x 600 e 1000 x 1000m, aproximadamente. Ao inverso das cidades-jardim, que dispõem o comércio no centro e as residências ao redor, as unidades de que tratamos colocam o comércio na periferia, os apartamentos na zona média, e as residências no centro, onde também ficam o jardim, a escola, o templo, o clube etc... As unidades-residenciais coincidem com as unidades escolares e as crianças não precisam atravessar as ruas mais movimentadas e perigosas. Tiras verdes, às vezes com passagem em desnível nos cruzamentos internos, completam a segurança e a amenidade para os escolares e pedestres.

Afirmando ainda que: *“Seria interessante ensaiar unidades do tipo Radburn, com faixas verdes inteiras e casas de planta invertida, voltando a fachada principal para o centro ajardinado e os fundos para as ruas de acesso. Procurar-se-ia reduzir a extensão de ruas de passagem, e aumentar os cul-de-sacs.*⁶⁹ Dispor-se-iam, portanto, no plano para Santos, as residências, escolas e centros cívicos no centro, o comércio na periferia, os apartamentos entre as duas zonas (invertendo portanto a disposição urbana do modelo de cidade-jardim) e áreas industriais ao norte e nordeste.

E sobre o segundo modelo, o entende como: *“uma forma de expansão e zoneamento com exemplo clássico e precursor na ciudad-lineal de Soria y Mata (Madrid) e seguidores na Rússia.*

Equivale a uma cidade-jardim não pontual, mas linear, com uma linha principal de tráfego no eixo”.⁷⁰ Essas explicações nos servem para ilustrar como, apesar de aparentemente distantes, se colocaram como referências conjuntas e que se combinaram entre si e com outras ainda na determinação do Plano Regional de Santos.

Assim, o enfoque da cidade a partir das unidades residenciais e da influência do modelo de bairros-jardim se daria mesclado com o pensamento expansionista de modelos como o já citado de Soria y Mata, mas que também se percebem referências diretas ou indiretas aos trabalhos de Cerdà, Garnier, Hilberseimer⁷¹ e Le Corbusier. Diferentemente do proposto para São Paulo, a área de extensão de Santos se encontrava em um terreno plano, o que foi decisivo na definição da organização proposta e na conseqüente não adoção do modelo radial-perimetral. A partir então das referências internacionais mencionadas e da análise das particularidades geográficas e paisagísticas de Santos, Prestes Maia estrutura a nova cidade através de um eixo condutor da expansão urbana (a principal linha de tráfego da cidade linear) e de unidades de vizinhança organizando as áreas cruzadas por ele. (fig 53) Não podemos deixar de notar também a semelhança formal da estruturação viária proposta com determinados trabalhos de Robert Moses, especialmente com o *Flushing Meadows Park* de Nova York, que possivelmente havia visitado em sua visita a Nova York em 1946.

Em relação à via leste-oeste, no caso de Santos, marcaria também a entrada da cidade, conectando-a com outros municípios. Tal como foi sua intenção fazê-lo em São Paulo na região da Ponte Grande, Prestes Maia monumentaliza esta porta da cidade, criando uma grande praça na intersecção do eixo viário com a faixa verde que delimitaria o espaço urbano a leste. (fig 54)



fig 54 - Detalhe do plano regional de Santos.
Fonte: MONTEYS. 1996, p.

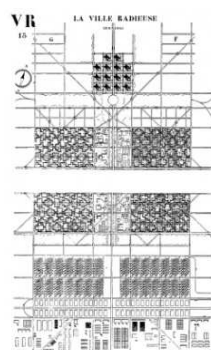


fig 55 - Ville Radieuse. Le Corbusier, 1936.
Fonte: MAIA. 1950.

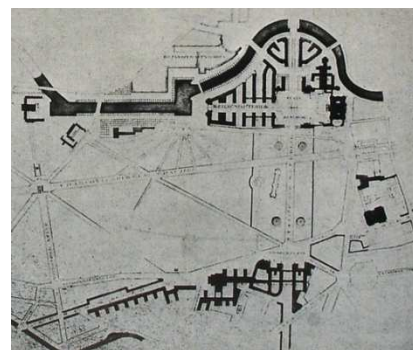


fig 56 - Praça da República, Berlim. Hugo Häring.
Fonte: HILBERSEIMER. 1927, p.9.

Notamos para como no caso santista essa busca pela monumentalidade se aproxima das discussões acerca de uma “nova monumentalidade” mais atentas às discussões urbanistas do Movimento Moderno. Enquanto à forma urbana, não se pode deixar de relacionar o estudo de Maia com a disposição antropomórfica da *Ville Radieuse* de Le Corbusier, (fig 55) onde há um grande eixo que corta a cidade ao meio e articula as distintas zonas, culminando na *citté d'affaires*⁷²; e no caso de Santos, na praça já mencionada. Em se tratando deste limite da cidade, notamos ainda a semelhança com o traçado de Hugo Häring para a Praça da República em Berlim. (fig 56)

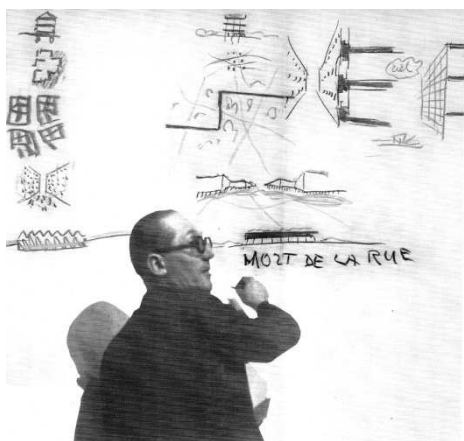


fig 57 - Mort de la rue.
Palestra de Le Corbusier
Fonte : MONTEYS. 1996, p.2

Interessa, nesta direção, comentar afirmação de Maia sobre posicionamento de Le Corbusier acerca das novas formas propostas de construção das cidades modernas: *“Algumas pessoas estranharão este parágrafo, porque, dentro das idéias urbanísticas modernas, ‘a rua não tem mais razão de existir’... Embora isto seja uma boutade, é inegável que tem mudado consideravelmente a concepção da ‘rua’, assim como da ‘quadra’ e de outros componentes das cidades.”*⁷³ (fig 57) Em suma, essas novas concepções deveriam ser mescladas, aproveitando-se delas as melhores

soluções para definir, sem esquecer a geografia e as características da cidade, sua expansão. A erosão que as críticas à falta de condições sanitárias adequadas nos edifícios com pátios fechados em São Paulo - como a falta de insolação e de entrada de ar, típicos da estruturação da rua e da cidade a partir de grandes massas nos limites da quadra - já combatidas por Alexandre Albuquerque e Freire, coincide com os debates da arquitetura moderna dos primeiros CIAM e com a revisão deste modelo.

É notório como Maia implanta os edifícios sobre áreas verdes, que atua como base de organização das edificações e as permeia. A ruptura do volume da quadra - tal como se verificou em diversos casos no cenário internacional-⁷⁴ se nota na “Nova Santos”, a partir da disposição dos blocos, que ora estão na periferia da quadra, ora estão dispostos fora do alinhamento das vias.

Há um apartado específico sobre parques e Jardins. Aqui reforça sua visão de estabelecer um sistema de áreas verdes articulado ao viário e às edificações, incorporando, no caso santista, seu principal elemento paisagístico: as praias. Trabalhando entre o evidentemente factível e a liberdade de projetar em área com urbanização mínima, Prestes Maia apresenta duas pautas de intervenção a respeito das áreas verdes. Na cidade consolidada, à parte das arborizações e obras de adequação, propõe que o morro deva ser integrado à vida da cidade e que ali se criasse um grande parque central.⁷⁵ (fig 58) A ilha Porchat, da mesma maneira, é pensada como parque público e em ambos os casos Prestes Maia demonstra uma preocupação conservacionista considerável. Influenciado pelos exemplos das propostas de parques e áreas de conservação do *New Deal*, Maia também se dedica a prescrever tratamentos similares para determinadas áreas naturais.

Da mesma forma valoriza, evidentemente, os balneários e cita como referência: Jones Beach, “*a notável criação de Bob Moses*”.⁷⁶ Este, que o havia conduzido pessoalmente pela cidade, era-lhe caro colega profissional e, em 1950, quando das discussões acerca do Plano de Melhoramentos de Moses para São Paulo, lembraria ao mencionar esta praia que: “*visitamo-la, guiados pela amabilidade do próprio Moses, em 1946*”.⁷⁷

Moses aparece como importante referencial para Prestes Maia, no que se refere tanto à visão de um profissional envolvido com a prática da construção da cidade dentro dos limites políticos e econômicos estabelecidos, bem como, no caso da definição projetual para Santos, no estabelecimento de um plano regional que enlaçasse a cidade existente com as novas áreas de expansão, parques e praias através de um sistema viário escalonado de rodovias, avenidas, *parkways* e ruas de vizinhança. Os longos traçados viários com certa sinuosidade e o próprio projeto da ponte são elementos tipologicamente em muito semelhantes aos propostos pelo urbanista estadunidense em Nova York.

Em relação à dicotomia entre teoria e prática, entre o estimado e o factível, vale recorrer às palavras de Maia que, depois das eufóricas sugestões do Plano de Avenidas de 1930 e da tomada de consciência da realidade nos idos de 1945, com a voz da experiência, alerta os técnicos santistas que desenvolveriam o plano, das dificuldades que se dão do projeto à construção da cidade:

Em todo o mundo o campo [do urbanismo] divide-se em dois: ‘utopistas’ e ‘práticos’, ‘filósofos’ e ‘técnicos’. Por tais circunstâncias, os pacatos comissários atravessarão, ao menos no princípio, momentos de angustiada incompreensão.

O pior é que as autoridades urbanísticas ainda divergem entre si em pontos fundamentais: Le Corbusier, por exemplo, é antípoda de Lloyd Wright. A filosofia urbanística é como a estrela dos reis magos: muito alta e brilhante. Mas se a comissão quiser realmente chegar a Belém, terá de montar em prosaicos camelos, que, com perdão da palavra, são as repartições técnicas, melhor conhecedoras das reais dificuldades terrenas.

E fazendo uma analogia das críticas ‘filosóficas’ que recebeu durante sua gestão em São Paulo e às polêmicas envolvendo o trabalho de Robert Moses, conclui o raciocínio:

Fato é que, em Nova York, podemos ver belas realizações de Moses, mas só dialética e aquarelas dos cultistas.

Em conversa com o dinâmico urbanista, ouvimos-lhes um humorístico comentário: ‘Os filósofos aspiram à revolução mundial. Nada a opor, pelo bem da humanidade. Mas o ruim é pretenderem que a faça... a minha modesta repartição’.⁷⁸



fig 58 - Plano Regional de Santos.

Fonte: MAIA. 1950.

Entretanto, não se pode dizer que sua proposta para Santos seja pragmática, no estrito senso do termo. Antes disso, aponta soluções deveras elaboradas teoricamente, buscando, isso sim, evitar o descolamento das possibilidades de execução do projetado. É na área de expansão que pôde desenvolver com maior autonomia suas idéias para a nova cidade e onde a liberdade propositiva e o custo relativamente baixo da terra permitiram que pensasse em um sistema de áreas verdes amplo e pautado em distintas escalas. Isso se manifesta desde as particularidades dos espaços

intra-quadras, que se apresentam como áreas verdes de uso local, até a amplitude do uso recreativo da costa e do parque linear. Maia propõe amplos núcleos esportivos distribuídos no território, próximos às unidades residenciais, cujos custos seriam menores e as áreas, segundo ele, melhor aproveitadas. Novamente, dá grande ênfase à promoção do esporte, lembrando especialmente “suas vantagens higiênicas, sociais e educativas”,⁷⁹ sem que, contudo, isso significasse à construção de grandes estádios. Portanto, vemos que altera sua postura desenvolvida no Plano de Avenidas para São Paulo em que defendia a criação de grandes áreas esportivas nos parques periféricos e se aproxima dos argumentos de Anhaia Mello acerca da necessidade de que as áreas verdes para recreação e esporte fossem menores e se distribuissem por todo o território. Le Corbusier, como vimos no capítulo anterior, também defendia que o esporte estivesse ao “pé dos edifícios”, sendo um dos principais críticos internacionais da opção pela concentração destas atividades em enormes áreas suburbanas e pela construção de grandes estádios.

No contato com a via central predomina a arborização que a caracterizaria como um bulevar, de matriz européia; entre os blocos, as áreas verdes funcionariam como meio de circulação de pedestres, espaços para jogos, recreação e práticas esportivas; e ao extremo do grande eixo, haveria uma extensa *parkway* de contorno. O espaço urbano, portanto, é definido com clareza e localizado entre os morros, o mar e essa área verde. A idéia de expansão contínua da cidade, que a disposição em *ciudad-lineal* poderia indicar, se vê em certa medida enfraquecida por essa delimitação visual criada. Em resumo, o sistema de parques apresentaria, um caráter regional, em que, além das vias arborizadas e áreas verdes das quadras, deveria abarcar praças; parques, incluindo o “parque da montanha” como parque central; áreas esportivas, espalhadas pelo território, compreendendo também os parques infantis; as praias e balneários externos, bem como a *parkway* de contorno.

4.2.3.2. PRESTES MAIA E O MODELO CIDADE-JARDIM

Nos anos 50, Prestes Maia realiza distintos projetos.⁸⁰ Neste período, seus trabalhos se referenciam com cada vez mais força nos ideários de cidade-jardim e no de unidades de vizinhança. Lembremos que se já nos anos 30 demonstrava interesse por esses modelos, a partir da Segunda Guerra ele se intensifica; não sendo por acaso que no final dos anos 50 Prestes Maia passa a ser diretor da Cia City. Em pesquisa na Biblioteca Presidente Kennedy, encontramos duas propostas urbanísticas até então desconhecidas: uma para Itamonte-Mg, a Estância Cristo Rei das Agulhas Negras, de 1958; e outra em Lusiânia-GO, o Jardim Umuarama, do ano seguinte. Não foram identificadas informações textuais sobre estes projetos, mas apenas desenhos originais de ambos, em pranchas A1, e que aqui trataremos de analisar, com os limites

impostos pela ausência de material complementar. Importa analisá-los brevemente para identificarmos como os modelos mencionados acima adquirem protagonismo nas suas visões de modernidade urbana e da inclusão do verde nos projetos de e para as cidades.

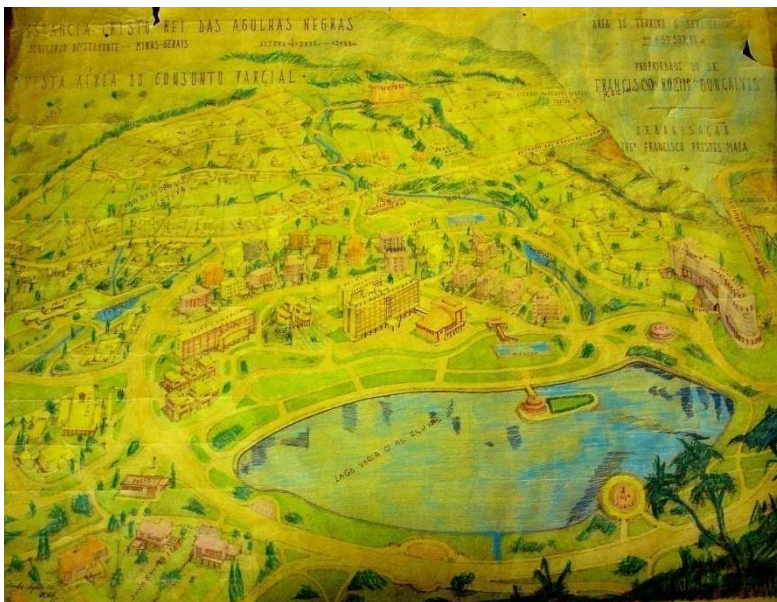


fig 59 - Estância Cristo Rei das Agulhas Negras, 1958.

Fonte: Acervo Prestes Maia /Biblioteca Presidente Kennedy.

O primeiro estudo (fig 59) é realizado para área de 652.500 m², localizada a mais de 2000m de altura, na zona alta da Serra da Mantiqueira. Local com significativos acidentes topográficos e elementos paisagísticos naturais, a Estância Cristo Rei é estruturada com riscos sinuosos e as zonas adquirem características formais curvilíneas. Identificaram-se distintos setores residenciais, hotel, zonas de lazer e comércio.

Esta opção formal, em parte pode ser defendida pelos acidentes orográficos e pela presença de um leito fluvial, entretanto aponta ainda para uma eleição de linguagem que assume cada vez mais a solução dos bairros-jardins e das unidades de vizinhança. Tendo já beneficiado em grande medida a Cia City quando da realização de parte do Plano de Avenidas, a presença de Maia em seu quadro diretor demonstra esta cada vez maior aproximação às concepções de cidade-jardim e suas articulações sociais e políticas com proprietários de terras, especuladores imobiliários e profissionais que ali trabalharam. O projeto desta estância se faz em área de propriedade de Francisco Rolim Gonçalves, grande fazendeiro e parcelador de terras do período, para quem o Eng. Jorge de Macedo Vieira já havia projetado em 1949 e entre 1951 e 1953 dois bairros-jardins em São Paulo. Como comenta Carlos R. M. de Andrade em sua tese de doutorado⁸¹, Vieira se formara na mesma turma de Prestes Maia e havia trabalhado na Cia. City de 1917 a 1919, mesmo período da permanência de Parker em São Paulo. Assim, Maia por seus

contatos profissionais, provavelmente recebeu diretamente de Rolim Gonçalves o encargo de realizar a Estância Cristo Rei, ou talvez através de seu contato com Vieira.



fig 60 - Perspectiva da Estância Cristo Rei das Agulhas Negras.

Fonte: Acervo Prestes Maia /Biblioteca Presidente Kennedy.

Qualquer que seja a resposta, Maia teve a possibilidade de realizar um projeto urbanístico completamente novo em área de grande beleza natural e opta por eleições de linguagem que não distaram das usadas para os bairros-jardins paulistanos. Além das agradáveis características espaciais desses bairros, o seu atrativo apelo econômico não era desconhecido pelo proprietário da área.

Por certo, não se trata de um sítio urbano nos moldes de São Paulo ou Santos, em que os problemas são de outra ordem e escala. A estância Cristo Rei aproxima-se mais ao projeto de um bairro novo com certa necessidade de auto-suficiência. Como vimos, Maia comenta no plano para Santos que o modelo de unidades de vizinhança invertia a lógica howardiana, dispondo as áreas residenciais ao redor da área central e o comércio na periferia.⁸² Por sua vez, aqui é esta solução das cidades-jardins utilizada na estância, em que se concentra justamente a área comercial no centro e se distribui as zonas residenciais e outros equipamentos ao redor. Na encosta dos morros, dispõe de uma área residencial, de um hotel e de um parque aparentemente de uso restrito aos clientes do hotel. Com edifícios baixos, à exceção do hotel, estas áreas residenciais se estendem lateralmente pela área e se articulam efetivamente aos equipamentos apropriados das *Neighborhood-Units*, quais sejam: a escola, o clube e o templo. No centro, se

localizam os edifícios mais altos, divididos em uma linha de blocos residenciais e, na área mais próxima ao lago, em restaurante, blocos comerciais e em outro hotel.

O parque central, ao redor do lago, é o principal local para o lazer e recreação comuns. Sua margem apresenta pequenos belvederes e de um lado delimita a área de projeto, e de outro se conecta com a área central. Da reserva natural ao centro, Maia cria um duto verde, utilizando-se novamente do modelo de Eberstadt, que, no caso, acompanha um caminho d'água. Há ainda outro leito fluvial, menor, que perpassa parte da área residencial nas imediações da escola. Maia trabalha tanto com a topografia, como com os elementos naturais para organizar o território. Verifica-se também como delimita a área entre a encosta do morro e o lago, o que se reforça no desenho ao localizar nas duas extremidades do projeto um conjunto de árvores, que encerram a proposta, delimitando seu conteúdo no espaço interno do *greenbelt* sugerido.

Trata-se de um projeto de limitadas extensões, que enfrenta o problema de realizar uma pequena aglomeração urbana em meio natural com grande beleza paisagística. Apresenta uma proposta conjunta para o traçado urbanístico e para os edifícios, ambos vinculados a uma tentativa de associação com uma imagem de modernidade, neste caso tomada da cidade-jardim e das unidades de vizinhança. Os edifícios apresentados são unidades isoladas, baixas e com volumetria abstrata; sendo que os blocos da área central e hotel se configuram como elementos verticais que a demarcam. (fig 60)

No caso do Jardim Umuarama, também as informações são escassas e se referem às apreciações que das pranchas de projeto se podem fazer. Realizada do mesmo modo em área de grande movimentação topográfica e quase contemporaneamente ao projeto da Estância Cristo Rei, outra vez a distribuição urbana se dá de maneira bastante semelhante às concepções de matriz howardiana. A presença de um parque central; de uma tentativa de delimitação visual da área, especificamente na criação de um amplo bosque na margem do ribeirão Saia Velha (à esquerda do mapa); (fig 61) bem como a disposição da malha adaptada à topografia e o uso de bulevares e *parkways* remetem novamente a esse modelo. Podem-se caracterizar três áreas especialmente diferenciadas: uma à esquerda da linha férrea e com traçado sinuoso, com lotes bastante flexíveis às movimentações topográficas do terreno; a central, com os principais edifícios públicos, o parque, a estação rodoviária e demais atividades; e outra para além da Avenida X, basicamente residencial. Verifica-se também a preocupação de Maia em organizar as várias áreas a partir da disposição de equipamentos típicos das experiências das unidades de vizinhança: as escolas, clubes e igrejas.

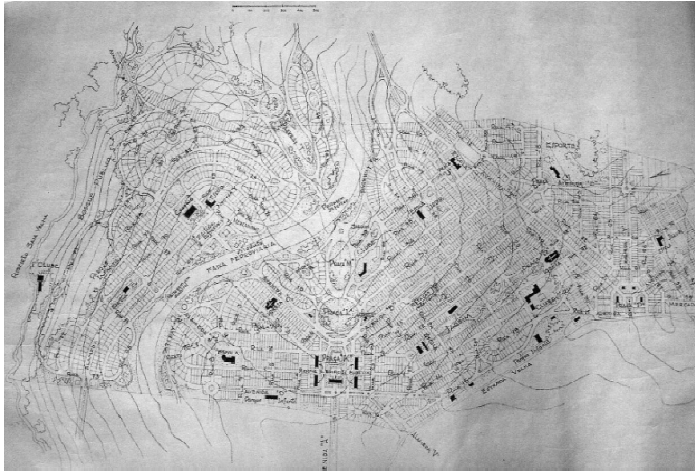


fig 61 - Jardim Umuarama, 1959.
Fonte: Acervo Prestes Maia /Biblioteca Presidente Kennedy.

Maia estrutura o projeto a partir de três grandes eixos que confluem à praça principal onde dispõe cinco edifícios públicos. O central cruza o parque e os dois outros se dirigem cada um a uma extremidade do projeto: a um colégio e uma zona esportiva.

Novamente o bairro insere-se em um verde contínuo. Em perspectivas de parte da área (fig 62-63) se observa como Maia imagina a ocupação das quadras. Nestes documentos, os edifícios são representados com uma linguagem bastante geométrica e próxima a concepções modernistas tanto em suas formas como em seu modo de implantação. Os amplos jardins de fundo de terreno dos bairros-jardins aqui também tomam forma, apesar de estarem apenas esquematicamente indicados. O parque central é elemento urbanístico prioritário na estruturação da proposta. Articula-se com a área dos principais edifícios públicos e segue um percurso radial até se transformar em *parkway* e no bosque situado à esquerda da faixa ferroviária, onde contorna o sinuoso traçado da área. Novamente, Maia se utiliza de procedimento semelhante às propostas anteriores, implantando uma significativa massa vegetal em cunha da periferia ao centro, e uma área verde para delimitar o sítio de intervenção.

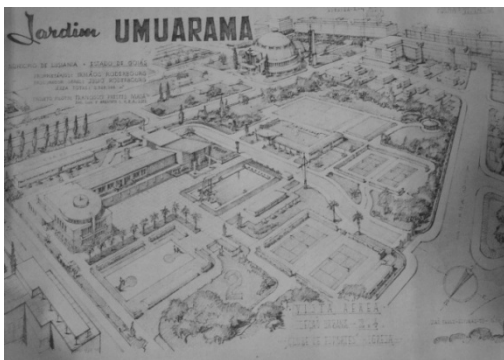


fig 62 - 63 - Perspectivas do Jardim Umuarama.
Fonte: Acervo Prestes Maia /Biblioteca Presidente Kennedy.

Vimos ao longo desta parte como Prestes Maia participou de modo ativo no cenário urbanístico paulistano e internacional. Pela eleição de obras significativas de sua trajetória, foi possível traçar uma narrativa elucidativa das principais referências que manejou e de suas principais contribuições. Destacamos como a idéia de planejamento modélico e total da cidade, já em seus primeiros trabalhos, incluía a criação de sistemas de parques articulados ao viário. Tal preocupação permanece ao largo de sua obra, tanto ao adotar o sistema radial-perimetral, como outros modelos. Acerca do sistema de parques, é nítida a sua busca por considerar diferentes escalas e por criar faixas verdes periféricas que demarquem as áreas de intervenção. Também a presença de canais verdes do campo ao centro em seus projetos é uma de suas características primordiais, sendo esta preocupação uma das suas principais contribuições para os debates sobre as formas de aumentar as áreas verdes das cidades e sobre o papel do verde na estruturação urbana.

4.3. ANHAIA MELLO



fig 64 - Diagrama explicativo da definição de 'Urbanismo', por Anhaia Mello.
Fonte: MELLO. 1929a, p.10

“A natureza é o Thabor (sic) em que se transfigure a Humanidade que trabalha; é o laboratório em que uma alquimia maravilhosa transmuda a escoria dos nossos labores, no ouro da Saúde, da Alegria, da Felicidade.”

MELLO. 1929b, p.14.

Luis Ignácio Romeiro de Anhaia Mello forma-se engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica de São Paulo em 1914, iniciando-se como professor na mesma instituição três anos depois, assumindo em 1926 a cadeira de Arquitetura e Urbanismo. Foi um dos fundadores da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, onde também deu aulas de ‘Noções de Arquitetura e Construções Cíveis I e II’, e foi diretor do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, dentre outros. Além da sua carreira como docente, Mello também atuou na política, sendo vereador em 1920, prefeito de dezembro de 1930 a julho de 1931, retornando novamente ao cargo em novembro do mesmo ano, ocupando-o apenas por mais um mês. Vale mencionar que, em 1929, conheceu Le Corbusier no Círculo Politécnico, onde o arquiteto suíço proferiu suas palestras.

Tal como Prestes Maia, possuía uma biblioteca repleta de títulos concernentes ao urbanismo, paisagismo e arquitetura; o que é visível nas inúmeras citações e referências. Mello referenciava-se, ao elaborar suas idéias urbanísticas, dentre outros personagens e obras, sobejamente nos escritos de Geddes, no modelo de cidade-jardim e em determinados exemplos estadunidenses de planos compreensivos, unidades de vizinhança e planos regionais. Neste sentido, parece-nos importante, para construir o horizonte de debates em que circulava nacional e internacionalmente, identificar os principais debates presentes nos Estados Unidos no período e que serviram de suporte para as reflexões do urbanista paulistano, que veremos na seqüência.

4.3.1. O URBANISMO AMERICANO, PLANOS REGIONAIS E SISTEMAS DE PARQUES

Desde os trabalhos de Olmsted, Vaux e Kessler no final do século XIX o planejamento urbano nos Estados Unidos se construiu tendo como um dos seus principais instrumentos a criação de sistemas de parques. Verificou-se que tanto os poderes públicos, como também as associações privadas- já nos primeiros anos do século XX- apresentaram propostas urbanísticas para inúmeras cidades. Interessa destacar que tanto as atuações públicas - como a *Senate Park Commission*, em Washington, a *Special Park Commission*, em Chicago, ou os inúmeros planos gerais realizados até a década de 30 - como muitas instituições e associações privadas incorporaram o discurso da necessidade de criação de sistemas de parques e, logo, do planejamento regional. Acerca da importância destas últimas na definição dos rumos das cidades estadunidenses, basta recordar que a propaganda do *Planning* como instrumento de melhoria da cidade e forma de investimento econômico se fez amplamente, sendo exemplares, neste sentido, como o plano de John Nolen para San Diego parte da iniciativa de um comitê criado pela *Chamber of Commerce and Art Association*, em 1907; que o Plano de 1909 de Burnham e Bennett para Chicago se fez através dos esforços do *Merchant's Club* e do *Club*

Commercial através das atuações de Franklin McVeagh e Charles Dyer Norton; e que posteriormente o mesmo Norton encomendaria a Thomas Adams o Plano Regional de Nova York, realizado para a *Russell Sage Foundation*.

O *Park Movement* e do *Conservation Movement* tiveram, neste contexto, fundamental contribuição tanto na formação da opinião pública enquanto à necessidade de criação de parques urbanos e áreas de preservação, como a partir dos trabalhos realizados por seus membros.⁸³ Essa importância foi decisiva a tal ponto que, como clarificou Dal Co, a realização do Central Park marcou um momento em que o problema da criação de parques se converteu no tema focal do debate sobre o papel dos investimentos públicos nestas promoções. Tanto o parque, como os subúrbios, tais como Riverside, e as *parkways* de ligação se conformaram, a partir da obra de Olmsted, mecanismos de construção do território, valorização imobiliária e instrumentos de reforma social. Essa conjunção de fatores seria logo um dos principais aspectos que seriam futuramente desenvolvidos nos planos compreensivos do começo do século XX ou ainda mais adiante por associações e personagens vinculados às teorias geddesianas, tais como o *Regional Planning Association of America* de Lewis Mumford, Stein e Perry.

O movimento *City Beautiful*, como já discutido, inaugurado com a Exposição Colombina e a conjunção da criação de sistemas de parques com o revivalismo neoclássico e monumental dos centros cívicos, por sua vez permaneceu presente na cultura urbanística americana até o Plano de Chicago. Criticado na *Town Planning Conference* de Londres, em 1910, esse modelo de intervenção urbana era contraposto ao planejamento compreensivo da urbanística de Stübben e Eberstadt, como também o era dos desenvolvimentos do *Town Planning* britânico. Por aqueles anos, o intercâmbio de idéias e experiências se intensifica nomeadamente através dos congressos internacionais e se cria um aparato teórico e um repertório técnico significativo e em constante transformação. É então com os princípios já trabalhados por Olmsted e com as referências dos planos de conjunto desses exemplos europeus que se forja já nos anos 10 uma nova forma de intervir nas cidades americanas, através destas referências, em que foram basilares: a legislação urbanística, o zoneamento e o ideário cidade-jardim retrabalhado por Unwin, Thomas Adams e Geddes, dentre outros.⁸⁴ Por esses anos também, e sob forte influência de exemplos germânicos e britânicos, se difundem nos Estados Unidos, de modo quase unânime, os *playgrounds* e o esporte como fundamentais para a reforma social e bem-estar coletivo, através de associações e de instituições públicas e privadas.

A idéia de descentralização, como alternativa à congestão e concentração urbanas, e de restabelecimento do contato da cidade com o verde, que já vinham marcando a história do urbanismo americano desde o século anterior nas propostas de Olmsted, se difundem tanto em projetos de bairros como em soluções que abrangiam a totalidade da cidade. Nesta divulgação local, destacamos também o papel das associações profissionais criadas nos primeiros anos no Novecentos e de determinados personagens, como Adams,⁸⁵ primeiro diretor de Letchworth e grande entusiasta das cidades-jardins, e John Nolen, que realizou inúmeros *Comprehensive plans*, dentre eles o de San Diego. Peter Hall demarcou ainda como os trabalhos de Patrick Geddes e de Lewis Mumford foram fundamentais para difundir essas idéias, a partir de preceitos do reformismo social, em que se destaca o papel do equilíbrio entre as características da unidade geográfica e as formas de sua urbanização na promoção do bem-estar coletivo. Para tanto, a defesa da realização do Survey adquire enorme peso e este terá grande repercussão nas propostas urbanísticas dos anos 20 nos Estados Unidos.⁸⁶

A RPAA, formada em Nova York em 1923 por um grupo multidisciplinar, é um dos principais exemplos da divulgação desses conceitos e atua sobretudo até o princípio do New Deal. Contava com Lewis Mumford, Clarence Stein, E. H. Klaber, Bentom MacKaye, F. L. Ackerman, Henry Wright, dentre outros participantes, e seus principais pontos programáticos eram apoiar a realização de cidades-jardim em planos regionais, desenvolver as relações dos membros com expoentes do *Town Planning* britânico, em especial a partir de estudos da obra de Geddes,⁸⁷ preparar análises territoriais e elaborar projetos em escala regional, realizar propaganda a favor dos estudos regionais e elaborar análises de determinadas regiões do país.⁸⁸ Neste momento, de grande interesse pelo planejamento regional, e apesar de que o RPAA tivesse forte influência teórica, sua atuação prática se resumiu a poucos exemplos como Sunnyside Gardens, 1924-8, e Radburn, em 1929. Neste último, a hierarquização dos sistemas viários, a separação do carro do pedestre, a estruturação de pequenas áreas verdes em geral destinadas à recreação espalhadas tanto no interior das quadras, como próximo aos principais edifícios de uso coletivo e ainda em rótulas viárias, funcionou como grande modelo de urbanização pautada nos referidos princípios, embora se tratasse de um assentamento pequeno e longe de ter se estruturado como um plano completo para a região. Neste exemplo, vemos ainda como as pequenas e várias áreas esportivas e de recreação, basicamente destinadas às crianças e jovens, se incluem como uma das principais prerrogativas para a vida da comunidade. Ainda que Radburn permanecesse como referência mais acabada e apropriada nos discursos urbanísticos posteriores, outras cidades seguiram este modelo nos Estados Unidos, como Chatam Village, de 1932, além de incontáveis subúrbios-jardim. Por outro lado, é a realização do *Regional Plan of New York and Environs*,

chefiado por Thomas Adams, que aparecerá como grande feito do final dos anos 20 em termos de planejamento à escala regional. As disputas teóricas entre Adams e Mumford se farão nítidas em função das diferentes visões apresentadas por ambos em relação à cidade de Nova York, apesar de haverem partido das mesmas referências iniciais. Meyers assim as comenta:

The significant difference between the two groups was that the RPNY proceeded from an ideal of *metropolitanism* while the RPAA was grounded in a profoundly anti-metropolitan *communitarism*. While Thomas Adams sought to rationalize, reinterpret, and reinforce the cultural and economic hegemony of New York City as a regional and national center, Lewis Mumford called for the dismemberment of the metropolitan “city of dead” in favor of a web of small scale “satellite cities”. The difference is summarized in the contrast of the RPNY’s “diffuse recentralization” and the RPAA’s “decentralization”, typically opaque terms which, upon careful examination, reveal that the RPNY sought to sustain urban industry and contain dispersal, while RPAA legitimized the flight from the core.⁸⁹

Assim o urbanismo compreensivo inicialmente de matrizes alemã e inglesa, alcança nos Estados Unidos, inicialmente, força nos gerais “*master plans*” para então difundir-se nos planos regionais. As chaves da valorização econômica e da articulação do conservacionismo da natureza com o ideário progressista apresentam uma nova entrada para o enfrentamento das questões urbanas e aparece como especial marca do urbanismo americano de então. Importa recordar que, como bem tratou Mumford, se por um lado a indústria, o automóvel, a eletricidade e outros avanços tecnológicos haviam promovido um movimento migratório drástico do campo à cidade, gerando, pois, processos de metropolização e concentrações humanas excessivas; eram esses mesmos eventos que possibilitariam o fluxo inverso, de recolonização do campo. As estradas, o automóvel, o maquinismo agrícola e a expansão das redes elétricas seriam instrumentos fundamentais para a difusão de pequenas aglomerações na área rural conectadas às principais cidades, em um processo de urbanização do campo e de diminuição da densificação populacional nas urbes existentes. Portanto, a visão positiva do progresso e da máquina aqui se fazia a partir da postulação de que possibilitariam também a expansão regional, à descongestão pela criação de novas áreas urbanas a certa distância dos principais núcleos e comunicadas pelas rodovias de alta velocidade.⁹⁰ Assim, o carro, que no centro metropolitano era sinônimo de congestão; na comunicação e facilitação da proliferação de subúrbios e cidades-jardins era elemento fundamental.

Esse ideário de ocupação de novas áreas, de retorno ao campo e conseqüente descongestão dos centros metropolitanos se instala no *New Deal*, como programa de governo. Embora muito se

tenha discutido sobre a criação destes subúrbios e de cidades novas pautadas no modelo de cidade-jardim -as *Greenbelt Towns* - ao final se resumiram apenas à realização de Greenbelt, Grennhils e Greendale.⁹¹

A radicalização da postura descentralizadora se corporiza na *Broadacre City* de Frank Lloyd Wright. Desenvolvida desde 1924, essa proposta também se apóia no ideário de reocupação do campo e da tecnologia como libertadora e promotora de melhores condições de vida. A casa e a porção de terra de um acre conformariam uma unidade articulada às demais pelas vias automobilísticas. A dissolução do homem no campo, o retorno à natureza e a liberdade individual apresentam-se como os motores do seu pensamento anti-urbano.

Um câmbio de atitude também se vê claro enquanto ao projeto dos parques. Enquanto a tradição pinturesca do jardim inglês se mantinha como principal referência, manifesta nos trabalhos de Downing, Olmsted e Vaux, logo com a influência das discussões internacionais, tendo-se como um dos principais exemplos a Alemanha e a Inglaterra vitoriana, a idéia de um parque naturalístico destinado apenas às práticas burguesas de passeio, ócio e encontro social sofre, já a partir de meados do século XIX, fortes questionamentos. A introdução do esporte e de locais para recreação ativa nos parques urbanos passa então a ser uma constante nos novos planos urbanísticos e projetos específicos de áreas verdes; bem como a preocupação pela criação de áreas verdes destinadas a este uso em espaços menores que pudessem estar espalhados no tecido urbano. A reflexão sobre a formação da moral, do comportamento cívico e da saúde física influenciou positivamente na proliferação de espaços desta natureza nos Estados Unidos no mesmo período, tendo ainda sido reforçada no princípio do século XX pelas atuações de associações privadas e profissionais. O chamado *Play Movement*, tal como analisado por Rainwater,⁹² se consolida então no final do Oitocentos a partir do processo de crescimento urbano-industrial nos Estados Unidos e a partir da reação ao então *Laissez faire* governamental em relação à provisão e manutenção desses espaços. Assim, o *Park Movement* e o *Play Movement* promoveram esforços articulados para a criação de áreas para jogos, como atestam várias atuações em cidades americanas, como foi o caso dos trabalhos da *Metropolitan Park Commission of Boston*, em 1892 e outros posteriores. Assim, reforçamos o fato de que da tradição reformista vitoriana, apropriada nos Estados Unidos, formou as raízes do movimento para a recreação, fornecendo tanto elementos de referência para o desenvolvimento das associações em prol dos *Playgrounds* e *Recreation Fields*, como para a inserção destes espaços nos planos de cidades e nos planos regionais das décadas de 20. Foram, portanto, elementos decisivos na reflexão urbanística da

RPAA e do RPNYE, estando especialmente presente na formulação do ideário de Unidades de Vizinhança de Clarence Perry.

Não se pode aqui deixar de mencionar as atuações de Robert Moses em nova York neste campo, em que se incrementa, durante o *New Deal*, enormemente a quantidade de áreas de parques em geral e de recreação ativa, particularmente, como veremos no próximo capítulo. Os intercâmbios com a Inglaterra demonstram a existência de fluxos multidirecionais de referências, em que destacamos, para além das já semelhantes apropriações da idéia de planejamento regional e da influência da cidade-jardim, como os *playgrounds*, áreas de recreação e esportivas tiveram grande impulso nos planos. Para isso, basta atentar para o fato de que Abercrombie, no sistema de parques que propõe no *Greater London Plan* de 1944, coloca-os como os primeiros elementos da lista de áreas verdes que o comporia.⁹³

Em suma, importou aqui ressaltar como desde as primeiras atuações no século XIX a idéia de ocupação do território nos Estados Unidos se pautava por uma preocupação regional, em que a inclusão de parques no tecido urbano aparecia como elemento fundamental para a sobrevivência e planejamento da cidade industrial. A conjunção dos esforços pela inclusão de áreas verdes nos planos urbanísticos coincidiu com a luta pela criação de áreas esportivas e de recreação e fez-se notar como a tradição reformista anglo-saxã e a urbanística germânica atuaram no sentido da constituição de planos compreensivos. A influência da cidade-jardim e dos escritos de Geddes, como discutimos, bem como as elaborações teóricas e realizações da RPAA e do PRNY atuaram de modos diversos nos processos de descentralização e planejamento regional, que se institucionalizaram no país. Personalidades como Hilberseimer e, sobretudo, Gropius,⁹⁴ atuaram no pós-guerra ainda interessados na descongestão, no planejamento de *New Towns* a partir de princípios similares aos desenvolvidos pelo RPAA. Gropius, ensinando em Harvard, divulgava a necessidade de planejar cidades modernas que resolvessem a dicotomia campo-cidade, que, implantadas nas imediações das grandes urbes, oferecessem maior contato com a natureza, liberdade, e fácil acesso com o automóvel. Incorpora, portanto, as discussões prévias, em que Radburn aparece como grande modelo urbanístico, incluindo, por sua vez, a arquitetura moderna como construtora dessas cidades novas.⁹⁵

No contexto das revisões programáticas de métodos e modelos pelos quais passava a arquitetura e o urbanismo no pós-guerra, verifica-se que o progresso técnico não havia conduzido, em última instância, à felicidade terrenal, e se aposta pela busca de maior atenção às necessidades do homem. Há, portanto, uma maior aproximação à sociologia; difundem-se conceitos

relacionados à diversidade, ao ‘orgânico’, ao local; e a cultura e a história colocam-se como campos disciplinares fundamentais para se pensar o futuro das cidades. Neste sentido, os CIAM IX e X, com a emergência das posturas críticas do TEAM X, põem de manifesto a crise do urbanismo modernista e a necessidade de se repensar as formas de abordagem do problema urbano. Luque expõe com precisão como esse processo de expurgo de determinados conceitos anteriores e de refundação das bases do urbanismo que se dá nos anos 50, se por um lado afeta o núcleo das reflexões partidas do movimento moderno, também se deu na tradição urbanística anglo-saxã. Neste último caso, aponta para como nesse período de efervescência da preocupação social, sobretudo através dos estudos da Ecologia Urbana da Escola de Chicago, e da idéia de *Neighborhood-Unit*, se postula como o desenho das partes da cidade, em conjunto com o plano geral, se complementariam na resolução dos problemas sócio-espaciais. Daí, que nos anos 50, o *Town Design* alcance expressão dentro dessa tradição do *Planning*, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos.⁹⁶ Jane Jacobs, com *The Death and Life of Great American Cities*, de 1964, atenta para esses critérios, critica severamente as propostas urbanísticas modernistas e os trabalhos desenvolvidos por Robert Moses em Nova York, em que, segundo a autora, a escala humana, o afã rodoviário e a dispersão de torres em áreas verdes amorfas estariam destruindo os laços comunitários e sociais existentes e, portanto, a vida da cidade.

Na Inglaterra a planificação regional, que como vimos se discutiu já na TPC de 1910, sobretudo com a proposta de Pepler, difundia-se também nos anos 20. Em 1927, cria-se a *Greater London Regional Planning Committee*, tendo a Unwin como conselheiro técnico. A idéia central que se desenvolveu era implantar os novos núcleos urbanos em áreas de reserva natural, o que ao final não se realizou. Apenas com o Plano de Abercrombie, em 1944, se verificará a retomada deste esforço inicial de planejamento regional, de criação de cidades-satélites e de desenho de partes da cidade através da criação de unidades de vizinhança. Propõe 4 anéis para a cidade - sendo o terceiro, um *greenbelt*, e o último, área rural - onde se implantariam cidades-satélites e cunhas verdes que chegariam ao centro da cidade. As *New Towns* inglesas do pós-guerra, por sua vez, tomaram corpo com a criação do *New Towns Committee*, em 1945, e do *New Towns Act*, do ano seguinte, e serviram de laboratório para as concepções que já vinham se desenvolvendo. O plano do Governo era construir 20 cidades novas, que foram pensadas para conter *greenbelts* e que deveriam estabelecer-se a partir de unidades de vizinhança, com seus parques e áreas de recreação. Entre 1947 e 1950, quatorze já haviam sido começadas, tais como Stevenage e Crawley, seguindo em grande medida o modelo pensado inicialmente.⁹⁷

Nos Estados Unidos o *Town Design* se difunde através da já comentada influência das discussões sobre o orgânico, o centro da cidade, o planejamento comunitário e as cidades-satélites. Vemos, portanto, como um conjunto importante de atores individuais e de propostas trabalhou conceitos relativos à descentralização, aos planos regionais, ao modelo cidade-jardim e à inclusão de sistemas de recreação dentro dos sistemas de parques. O verde é, assim, manejado em várias escalas: desde os jardins privados, passando pelas praças; pequenos, médios e grandes parques; áreas esportivas e de recreação, incluídos tanto nas áreas de abrangência dos edifícios públicos significativos, em especial as escolas, como em outras áreas de interesses na cidade; e nos cinturões de limite das cidades.

Na seqüência, tratamos da apropriação deste legado em São Paulo através das lentes de Anhaia Mello. Como vimos tratando, outros foram os profissionais que manejaram estes conceitos em seus textos e projetos em São Paulo, entretanto nos parece importante destacar a particular revisão desses preceitos realizadas por Mello e como interpreta este legado tendo em vista as possibilidades de transformação da cidade de São Paulo. Como um dos principais personagens vinculados às reflexões de matriz norte-americana na cidade, sua atuação foi decisiva na divulgação desses ideários, especialmente da necessidade de publicização do urbanismo como vetor positivo e necessário para o alcance do bem-estar social, do controle do crescimento urbano, da necessidade de planos compreensivos, do modelo cidade-jardim e da importância dos espaços de recreação.

4.3.2. ANHAIA MELLO: O PARQUE E O RECREIO ATIVO

A atualização dos conceitos discutidos internacionalmente, sua atuação acadêmica, na política e em instituições profissionais fazia de Mello um dos principais articuladores da construção da disciplina urbanística em São Paulo e personagem fundamental para a discussão acerca do papel dos parques na cidade moderna.

Publicou inúmeros textos, referentes na maioria dos casos ao urbanismo e administração pública. Na série *Problemas de Urbanismo*, a sua principal colaboração teórica, editada após um ciclo de palestras no Rotary Clube e no Instituto de Engenharia, dedica-se a explicar a necessidade de educação do público e da propaganda em favor do urbanismo, seu entendimento da disciplina, a resolução dos “problemas técnicos”, a necessidade de criação de parques e áreas de recreação e defende a constituição de uma “Comissão do Plano da Cidade”.⁹⁸

Como grande defensor do controle do crescimento urbano, da ampliação do verde nas cidades e da realização de planos compreensivos e regionais, Mello terá especial atenção para os modelos

de cidade-jardim. Em termos gerais podemos caracterizar-lhe um primeiro quadro referencial que parte deste modelo inicial e que é apropriado, por um lado, desde suas apreciações do *Town Planning* britânico e, por outro, de trabalhos norte-americanos. Dos Estados Unidos, interessa-se em seus textos dos anos 20 e 30, pelo papel das associações na defesa do urbanismo e especialmente pelos planos compreensivos de Nelson Lewis, Harland Bartholomew e de John Nolen.⁹⁹ Também as reflexões sobre descentralização presentes nos debates sobre a planificação regional que toma fôlego nos anos 20, maiormente através dos trabalhos da RPAA e do RPNYE, farão parte de seu discurso.¹⁰⁰ Como analisaremos melhor adiante, a incrementação do interesse pelos aspectos sociais e pela comunhão entre a idéia de plano regional com o desenho de partes da cidade através das unidades de vizinhança o aproximará decisivamente do *Town Design*, no pós-guerra.

A sua idéia de parque em muito se articula ao que já discutimos acerca da necessidade da sua incorporação nas cidades congestionadas, sendo que particularmente reforça e difunde que estes espaços tenham que ser voltados para a prática da recreação ativa e de esportes, e que devem se espalhar por todo o tecido urbano, em torno a unidades de vizinhança. O *Play Movement* e as *Neighborhood-Units* são duas das principais referenciais em seu pensamento sobre a recreação ativa e o planejamento de áreas verdes.

Antes de desenvolver suas concepções sobre urbanismo e áreas verdes, interessa apontar para o grande interesse de Mello pelo labor do setor privado em prol de ambos nos Estados Unidos. Segundo ele, o sucesso do urbanismo naquele país em grande medida seria reflexo do esclarecimento das massas a respeito do tema e do trabalho das associações nesta direção.¹⁰¹ Mello desenvolve nas palestras mencionadas anteriormente, como um dos principais temas, a importância de se criar um ambiente favorável às realizações urbanísticas pela divulgação da disciplina e conquista da opinião pública. (fig 64) Busca, assim, extrair da visão de gestão empresarial da cidade estadunidense e da propaganda, critérios para a divulgação, promoção e gestão do urbanismo em São Paulo. Neste processo de estabelecimento de mecanismos de difusão da disciplina, almeja três objetivos principais: a participação popular na realização dos planos, a criação de um ambiente de aceitação e valorização da necessidade de realização das mudanças programadas, bem como o estabelecimento de um corpo fiscalizador crítico que atuasse como agente social interessado nas execuções e que, dessa forma, pressionasse e acompanhasse as realizações para que fossem feitas tal como projetado. Também faz várias menções às associações envolvidas com o provimento de áreas verdes nas cidades e como estas se inseriram de modo incisivo nos planos urbanísticos.

Apoiando-se em estudos da Escola de Chicago acerca da comunicação massiva como construtora de uma nova sociedade, vê como a divulgação do urbanismo como conceito e prática são necessários para mudanças espaciais que confluíam a um estado de melhoria sócio-cultural. Lembramos que Mello se referenciava ainda nas assertivas de Hyppolite Taine e do determinismo do meio no condicionamento do caráter humano; que já havia sido, no final do século XIX, fundamentais para a vontade de recuperação do contato do homem com a natureza. Também a ecologia humana de Park estará presente em seus escritos, especialmente pela concepção de que as alterações no ambiente urbano de uma comunidade podem alterar o seu comportamento social.

Acerca da definição do termo “urbanismo”, considera-o “*uma filosofia das ciências aplicadas*”. Para Mello, “*ninguém o definiu melhor que Raymundo (sic) Unwin, autor desse livro admirável que deve ser como uma bíblia do urbanista, o ‘Town Planning in Practice’*. Para Unwin o urbanismo é *‘the science of linking up connections between things’*”.¹⁰² Essa idéia de conexão, no pensamento do urbanista paulistano, se refere tanto às partes da cidade como aos diversos sistemas e funções que a estruturam. Os caracteres técnico, social, histórico-geográfico, artístico, antropológico e psicológico são constantemente elencados nas sucessivas definições que faz da disciplina. Em 1933, afirmaria que sua finalidade seria “*aperfeiçoar a humanidade pela melhoria do ambiente*”.¹⁰³

Assim, o controle da expansão citadina, a previsão de criação de cidades-satélites jardins e o conseqüente aumento do contato dos homens com a natureza seriam fundamentais para combater os males das aglomerações metropolitanas – físicos, sociais e culturais. A sua crença no urbanismo como grande ferramenta da promoção do bem-estar coletivo, como utopia da comunhão social, se exemplifica na sua visão de como deveria estruturar-se: como construção coletiva, a partir da reunião dos interesses diversos em prol de uma unanimidade conciliadora. Para o alcance deste estado, seriam necessárias sempre a participação popular e a de um grupo interdisciplinar para focar a cidade em sua totalidade. Na medida em que as melhorias espaciais repercutiriam positivamente na sociedade e que a retomada do contato com a natureza era fator essencial para os processos reformistas, um dos principais personagens imbricados na construção da sociedade futura seria o paisagista. Afirma Mello que: “*É pois o paisagista um dos melhores colaboradores do Urbanismo e os primeiros ‘city planners’ americanos – Olmsted, Elliot, Robinson, Burnham e Brunner – eram todos paisagistas*”.¹⁰⁴ Contrariando portanto o que se via dentro dos órgãos municipais em que atores individuais específicos apareciam como os grandes responsáveis pelos projetos urbanísticos, tal como se viu com Freire,

Bouvard e Prestes Maia, Anhaia Mello advogava a favor da composição de comissões, de um planejamento pautado a partir de esforços coletivos e com participação popular. Sobre a criação da Comissão do Plano da Cidade (fig 66) afirmou que:

Em São Paulo uma comissão dessa ordem teria aqui tudo fazer: a campanha de educação e conquista do público, a organização e estudo do plano geral, a legislação estadual ou municipal necessária à execução do plano e ao seu financiamento, a ajustagem desse plano às condições da ocasião e principalmente manter sempre desperta e vigilante a consciência cívica da população.¹⁰⁵

Seriam ainda importantes a revisão e criação de novas leis que dessem amparo legal às propostas da Comissão e que regulassem a necessidade de criação de planos gerais, tais como o fizeram a *Town Planning Act*, na Inglaterra, de 1909 e a Lei Cordunet, de 1919, na França.¹⁰⁶ O *Zoning*¹⁰⁷ (fig 65) e a censura estética das edificações são outras das propostas de Mello para São Paulo, sendo a primeira, a seu ver, um instrumento essencial do planejamento moderno, como controlador da estética urbana e estabilizador dos valores urbanos e a segunda, necessária dentro da mesma chave de pensamento da estética edilícia e da regulação das valorizações e desvalorizações imobiliárias. Ainda sobre este último, Mello afirmara que “*os fatores da beleza urbana são o Homem e a Natureza*” e que portanto: “*a obra humana acrescida à natureza urbana, seja sempre um complemento positivo de beleza*”¹⁰⁸



fig 65 – Desenho de Mello ilustrando a importância do 'Zoning'. Chamamos a atenção para o fato de que Mello copia o desenho de cartaz aparecido em Evansville, durante uma campanha publicitária a favor do zoneamento, apenas traduzindo os escritos na roupa dos personagens. Fonte: MELLO. 1929, p.117.

fig 66 - Diagrama dos trabalhos necessários para a melhora da cidade de São Paulo. Anhaia Mello, 1929. Fonte: MELLO.1929, p.197.

A visão crítica que apresenta do processo de transformação pelos quais vinham passando as cidades aproxima-se da de Lewis Mumford, no que diz respeito à negação do crescimento urbano desmesurado das cidades e do esvaziamento do campo, com o progresso técnico e maquinista verificados. Tal se explicita sobejamente ao comentar dois dos principais problemas da urbe estadunidense: “os dois pesadelos do urbanista, o “automóvel” e o “arranha-céu” esses verdadeiros “matapaus”, da cidade moderna, lá se desenvolveram de uma forma extraordinária” e que, sobre o primeiro: “em cinco anos, de 1922 a 1926, esses agentes do progresso mataram 114.879 pessoas”.¹⁰⁹ Devemos notar, em contrapartida, que antes que uma refuta radical do progresso, posicionava-se a favor do seu uso para a desconcentração urbana, para a dispersão em direção ao campo. Chamamos a atenção para como essas novas aglomerações favoreceriam o desenvolvimento humano, nas palavras de Mello:

Não se pode pretender aperfeiçoar a humanidade, aumentando apenas a força atrativa dos centros urbanos, formando super-cidades e abandonando o vasto hinterland de que elas vivem. Torna-se mister restabelecer o equilíbrio do binômio cidade-campo. (...)

De fato hoje, com o aumento e dispersão das populações – fatos estes que a melhoria dos meios de transporte e comunicações tornou possível, reduzindo ao mínimo os tempos de percurso e facilitando intercâmbio rápido e constante – não há mais cidades ‘self-contained’. (...)

Se há problemas regionais, um plano nacional de desenvolvimento deve ser regional.¹¹⁰

Assim, Mello, em consonância com os debates norte-americanos sobre a descentralização e os planos regionais, típicos dos anos 20, apropria-se dos argumentos de Geddes e Mumford presentes na RPAA, no que se refere ao fato da possibilidade de uso da técnica moderna e das novas tecnologias para a criação de núcleos urbanos no campo, relacionados a uma cidade principal a partir de um plano regional. O RPNYE é constantemente mencionado como exemplo a ser seguido, ainda que outros apareçam em suas assertivas. As *Neighborhood-Units*, por sua vez, aparecem para Mello como modelo de “cidade celular”,¹¹¹ adequado a esse novo momento histórico “neotécnico”; exemplo a ser seguido na criação de novos assentamentos e para a solução do descongestionamento das cidades existentes, da sua melhor estruturação sócio-espacial e da criação de padrões de vida mais elevados. Assim, para São Paulo, Mello defendia atuações conjuntas tanto à escala do planejamento regional, como no projeto e intervenção nos bairros, para criar unidades de vizinhança.

A leitura de Geddes se verifica de modo plural nos textos de Mello, em que destacamos tanto a aproximação à evolução urbana a partir de seus critérios geográficos, culturais e sociais – o que necessariamente levaria à necessidade de realização do *Survey*, da análise das condições locais e

logo do estabelecimento do plano, sua realização e revisão continuada - como pela presença do modelo-jardim e da idéia de planejamento regional na busca de uma sociedade e um território mais equilibrados. Frisamos também como a valorização do caráter cívico e da necessidade de divulgação da nova disciplina se encontram casadas nos dois discursos.¹¹²

Em relação às concepções de Mello sobre as relações entre as cidades e as áreas verdes, vale mencionar inicialmente que - utilizando-se de expressão de Weir, da *Playground and Recreation Association of America*¹¹³ - afirma que o homem é um *outdoor animal* e que, como tal, necessita o contato com o meio natural, obstacularizado pelo crescimento das cidades desde a revolução industrial. Neste sentido, ainda que considerasse a idéia de *urbs in rure*¹¹⁴ como a melhor opção para as cidades modernas, admitia a dificuldade da sua concretização, afirmando por outro lado que:

A solução provisória é, pois, o “rus in urbe”, trazer o campo para a cidade.

Como?

Organizando um sistema completo de Recreio Ativo para todas as idades e para todas as classes da população.¹¹⁵

Anotando a predominância dos parques aristocráticos até a entrada do século XX, seu caráter elitista e de exibição pessoal; e logo sua inclusão nas estratégias de embelezamento urbano, Mello defende, em oposição, o parque urbano como área de recreio ativo e organizado para todas as idades e classes da população:

O conceito de parque evoluiu. Não é mais o conceito puramente estético da primeira fase da renascença do urbanismo: um tapete de relva, arbustos em desenhos simétricos, tufos de árvores, o lago romântico para os cisnes e para enlevo dos poetas.

Cedo compreenderam os urbanistas que tais espaços abertos bem podiam acumular as funções de reservatórios e filtros de ar ou de pulmões das cidades, como outras mais úteis, mais necessárias e que melhor correspondessem às exigências da cidade industrial moderna.

Eles agora destinam-se ao ‘recreio ativo’ de todas as classes da população e de todas as idades, desde a criança da idade escolar até o adulto.

O tapete de relva transformou-se no ‘playground’, no ‘playfield’; o lago, na piscina ou ‘Skating-pond’.¹¹⁶

Portanto, o recreio passivo e contemplativo da tipologia dos jardins públicos era considerado anacrônico, referente a um momento não condizente com a realidade industrial e tensa do desenvolvimento urbano de São Paulo. Tampouco considerava suficiente a apreciação dessas

áreas verdes apenas como “pulmões da cidade”. Além de promover áreas saneadas, belas, valorizar as imediações, servir como instrumento de planejamento urbano, estes espaços deveriam ter como função primordial a recreação ativa e a prática de esportes. Assim, argumentava fortemente a favor dos benefícios das áreas verdes para a estruturação da cidade e para a estética urbana, mas, sobretudo, apontava para como teriam papel benéfico e decisivo na saúde física e mental de seus habitantes. A recreação ativa e o esporte, em áreas verdes, Para Mello, eram atividades mais condizentes com a vida moderna, e promovê-los carregaria objetivos distintos: “*uns imediatos, como a atividade; outros intermediatos, como a formação dos hábitos e atitudes e afinal remotos alguns, como a formação do caráter e do cidadão útil à pátria*”.¹¹⁷

A partir desses pressupostos, importava organizar a “produção e o consumo do lazer” para a construção da cidadania, de indivíduos fisicamente saudáveis, mas também social e culturalmente formados. Neste processo de formação conjunta da cidade e do homem modernos, o ponto de início seriam as escolas infantis. Evidentemente, o discurso ideológico dessa construção se remonta ao reformismo do *Public Health* vitoriano na Inglaterra em que as áreas verdes para recreação combateriam as mazelas da deterioração física e social, como a delinquência e a criminalidade, que o adensamento e a precariedade das condições da cidade industrial havia facilitado. Assim, Mello pauta-se nesta tradição reformista anglo-saxã, que prospera em toda a América, aliando-a à visão empresarial e de viés econômico estadunidense. Nesta direção, tanto os ideários da descentralização, da promoção do contato do homem com a natureza, das práticas consideradas saudáveis e adequadas física e socialmente articular-se-iam com os aspectos de valorização econômica de áreas, de manutenção da saúde do trabalhador e do seu controle social. Consolidar-se-iam, estes pressupostos, como conceitos no novo horizonte da *rus in urbe* paulistana.

O parque central da cidade, o D. Pedro II, não escapa, a partir desta definição de parque moderno, das críticas de Mello. Como vimos, Cochet havia determinado amplas áreas esportivas para este parque, que ao final não foram construídas. É justamente este o ponto principal da crítica do urbanista paulistano em relação a este espaço, identificando aí a sua elitização e subutilização. Propõe, assim: “*Transformar esses canteiros em ‘playgrounds’ ou terrenos para jogos, com areia, gangorras, barras fixas e todo esse variadíssimo arsenal do recreio organizado moderno*”. Dá ainda outros elementos para um programa adequado para o parque, tais como um campo de atletismo, um teatro ao ar livre, uma piscina e um tanque raso para patinação infantil. Em anotação manuscrita do autor ao pé da página de publicação (fig 67)

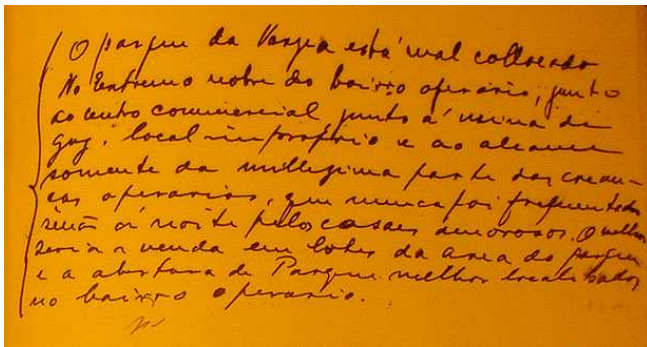


fig 67 - Anotação de Mello com sugestões para o Parque D. Pedro II.

Fonte: MELLO. 1919a, p.127 (manuscrita).

presente em sua biblioteca, notamos ainda como desenvolve mais a idéia, precisando que: “a primeira coisa seria abolir os guardas de jardins e permitir às crianças de brincar sobre os gramados”. Taxativo e radical, e também em anotação não publicada, Mello é categórico ao afirmar que o parque estaria mal localizado, junto ao centro

comercial e a uma usina de gás, que era muito pouco utilizado, estando apenas ao alcance “da milésima parte das crianças operárias”. Sendo que, portanto, a melhor opção seria a venda em lotes da área do parque e a construção de parques “melhor localizados no bairro operário”.¹¹⁸

Curiosamente, Mello procura evitar o uso da expressão “sistema de parques”, preferindo por sua vez a designação americana – “sistema de recreio”; no sentido de precisar o conceito, de evitar as recuperações históricas e as transformações de significado desta palavra que pudessem se associar às tipologias de áreas verdes para uso passivo e contemplativo. Neste sentido, “*assim como deve haver um sistema de ruas, um sistema de distribuição de água, um sistema de transportes coletivos, é mister que haja também um sistema de recreio, isto é, um plano lógico, ordenado, de distribuição, uso e ligação dessas áreas.*”¹¹⁹

É a partir da tríade anunciada por Coolidge, que Anhaia Mello estrutura seu pensamento sobre os tipos e a escala dos espaços para a recreação ativa: “brinquedo para a criança, esporte para a mocidade e recreio para o adulto”.¹²⁰ Detalhando as unidades do sistema, a partir de diversos estudos estatísticos norte-americanos, atenta-se a um esquema de Bartholomew (fig 68) em que, dentro da primeira tipologia de espaços, inclui o ‘play-lot’ ou ‘kindergarten playground’, para crianças de até 5 anos; o ‘neighborhood playground’ para aqueles de 12 a 14 anos; o ‘playfield’, área para jogos para jovens maiores de 14 anos; ‘tipos diversos de recreio ativo’, como rios, campos, estádios, piscinas

CLASSIFICATION-POPULATION	FACILITIES WHICH SHOULD BE AVAILABLE
 SMALL CHILDREN	HOME GROUNDS INTERIOR BLOCK PLAYGROUNDS NEARBY CHILDREN PLAYGROUNDS & KINDERGARTENS DRIVES PROMENADES } IN PARKS
 SCHOOL CHILDREN	HOME GROUNDS INTERIOR BLOCK PLAYGROUNDS PLAY AREAS IN PARKS SWIMMING DOOLS SKATING PONDS COASTING HILLS BOY & GIRL SCOUT CAMPS SCHOOL PLAYGROUNDS PLAYFIELDS FOR ATHLETICS COMMUNITY CENTERS OUTLYING NATURALISTIC PARKS
 YOUTH	PLAYFIELDS SWIMMING DOOLS SKATING PONDS COASTING HILLS NEIGHBORHOOD PARKS LARGE GARDENS COMMUNITY CENTERS PLEASURE DRIVES
 ADULTS	PLAYFIELDS SWIMMING DOOLS SKATING PONDS COASTING HILLS NEIGHBORHOOD PARKS LARGE GARDENS COMMUNITY CENTERS PLEASURE DRIVES
HAROLD BARTHOLOMEW CITY PLAN ENGINEER SAINT LOUIS, MISSOURI	CHART SHOWING A CLASSIFICATION OF POPULATION & RECREATION FACILITIES

fig 68 - Tipologias de áreas de recreação propostas por H. Bartholomew.

Fonte: MELLO. 1929b, p.16.

etc.; áreas em que a paisagem é característica dominante, como grandes parques periféricos; os jardins botânicos e zoológicos e, por fim, as *'parkways'* e *'pleasure-drive'*. Mello se atém maiormente ao *'playground'* e ao *'playfield'* em sua proposição para São Paulo e expõe, partindo do popular estudo de Hénard, a importância que estejam adequadamente distribuídos no tecido urbano. De qualquer forma, considerando a área da cidade de 124.000.000 m² e a área de parques existentes de 927.000 m², verifica a ínfima taxa de 1% do total. Logo esta porcentagem seria acrescida com a construção do Parque do Ibirapuera e considerando-se o Parque Estadual do Ipiranga, chegar-se-ia então à taxa de 7,3% do total urbanizado. Esse índice representaria 450 pessoas por acre de parque.¹²¹

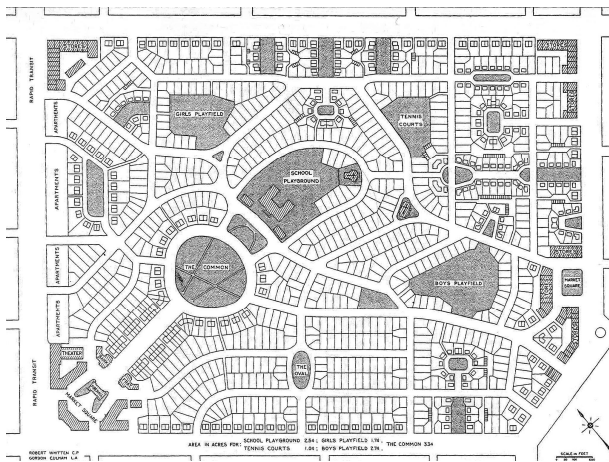


fig 69 - Modelo de distribuição de áreas de recreação em uma unidade de vizinhança.

Fonte: PERRY. 1929, p.26.



fig 70 - Estudo de superquadras em Radburn.

A área hachurada destina-se a parques e playgrounds

Fonte: PERRY. 1929, p.63

Admitindo como ideal uma proporção de 5 acres para cada 1000 pessoas, recomenda distâncias máximas de acessibilidade para os distintos gêneros de espaços recreativos e esportivos, através de círculos de 400, 800 e 1600 m, para os três primeiros tipos. A unidade do sistema, o *'play-lot'*, interior às quadras, tal como Stein e Wright propuseram em Radburn, seria ao olhar de Mello a solução ideal tanto por conjugar a proximidade do verde com a casa, como por isolar a criança do fluxo dos automóveis. A aposta na função social do parque e áreas de recreação aparece em uma série de escritos na América do Norte, em que destacamos como, neste projeto mencionado, a própria recuperação da idéia de comunidade é pensada como núcleo estruturador da sociedade e onde essas áreas abertas seriam imprescindíveis. Ali, buscou-se a criação de áreas de recreação no interior das quadras, nas proximidades de escolas e outros edifícios públicos. Locais com maior presença do verde também aparecem, tais como os grandes parques

pensados à escala da cidade e presentes no plano geral e, à escala da unidade de vizinhança, o *common* e praças ovais articulando o viário.¹²² (fig 69-70)

Sintetiza Mello que se deve estabelecer um *survey* preliminar do existente, das características de cada bairro, em que se poderiam considerar as áreas de recreio das escolas e parques existentes para logo estabelecer um programa de ação para São Paulo. Propõe ainda que se espalhem playgrounds nos gramados ‘inúteis’¹²³ do Parque D. Pedro II, como já comentamos, do Jardim da Luz, e de outras muitas praças; e que os 10% da área total para espaços livres, conseguidos com a lei 2611, de 1923, se estendesse para todas as zonas. Conclui o texto *Recreio Ativo nas cidades modernas*, fazendo a conclamação: “*organizemos, pois, como parte integrante do plano geral da cidade se S. Paulo, a produção e o consumo do nosso lazer, porque o nosso futuro, como disse Herbert Hoover, depende também mais do que fizermos nas horas de descanso do que daquilo que fizermos naquelas em que trabalharmos.*”¹²⁴

Quando de sua passagem pela prefeitura, uma das principais atuações levadas a cabo para combater a expansão urbana descontrolada, como estudou Campos, foi o estabelecimento de uma taxa de ocupação máxima equivalente a dois terços da área do terreno para qualquer edificação urbana e a proibição de construção em ruas particulares. Reorganizou ainda a Seção de Urbanismo e Cadastro, criou a Comissão de Censura Estética dos Edifícios e, em março de 1931, através do Ato Municipal n.127, estabeleceu normas de zoneamento para a área do Jardim América e Jardim Europa, regulando os recuos e definindo a exclusividade do uso residencial dos terrenos.¹²⁵

No pós-guerra Anhaia Mello segue com várias atividades. Dentre elas, destacamos sua participação na Comissão de Localização da Nova Capital da República, em 1947; assume, no ano seguinte, a direção da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e torna-se presidente da Comissão da Cidade Universitária, fato que trataremos no próximo capítulo. Após os esforços para que se constituísse uma Comissão do Plano da Cidade, passa a ser membro da mesma em 1953 e torna-se ainda diretor do Centro de Estudos Urbanísticos da FAUUSP, em 1958, aposentando-se da carreira acadêmica em 1961.

A influência de Geddes e Mumford, já presente em seu pensamento urbanístico, se intensifica em seus discursos do pós-guerra. Mello previam que se focasse em um planejamento sócio-cultural, ‘biotécnico’ e contrário à expansão metropolitana. Em texto de 1945, ao descrever a ‘evolução das cidades’ na história e os estágios ascendentes e descendentes do desenvolvimento

humano, centra-se em criticar – utilizando-se de termos mumfordianos - a ‘Megalópolis’, a ‘Tiranópolis’ e a ‘Necrópolis’; decretando por fim que:

É preciso impedir que o processo se desenvolva na sua fase descendente, combatendo a economia megalopolitana, reorientando o desenvolvimento urbano, pela utilização socialmente útil dos bens e dos recursos tecnológicos de nossa época. (...)

É preciso lutar contra a ameaça da prosperidade, contra o aumento desmesurado e territorialmente desequilibrado das populações urbanas, contra a expansão ilimitada e caótica das áreas urbanas, contra tudo o que é apenas *grande* ou *maior* em vez de ser *melhor*. (...)

Cidade e campo são um só organismo: a grande síntese da vida nacional. É preciso um comando integral das forças da vida – isso é o plano.¹²⁶

O leque de menções em seus textos é amplo. Geddes, Mumford, Purdom, Gropius, Osborn, Saarinen e outros tantos permeiam as citas e suas considerações; sendo que, neste período, nota-se um deslocamento de sua atenção das experiências urbanísticas estadunidenses para a produção britânica do *Town Design*. Em texto de 1953, justamente a partir da definição de Saarinen, Mello trata desta forma de intervir na cidade, considerando-o como “*problema de ordem orgânica, estrutural, relacionado com os próprios fundamentos da vida cívica e com a organização ecológica das cidades.*” O sentimento, a felicidade, a alegria, em suma, o atendimento aos aspectos sociais e ‘espirituais’ deveriam ser os objetivos do *Town Designer*.

Assim, para uma cidade socialmente integrada, Mello assumia como adequada uma população de 30 a 50 mil, para as pequenas cidades; 400.000 habitantes para os grandes núcleos e uma população máxima de milhão para o principal centro de atração da região. Este, portanto, seria o centro de um conjunto de cidades-satélites. Não se pode deixar de notar que as experiências do planejamento da grande Londres e das *New Towns* inglesas marcam o ideário descentralizador do imediato pós-guerra.¹²⁷ Vejamos como, em 1945, Mello indica mais precisamente como deveria ser o plano para São Paulo:

Objetivo do plano: social. Precedência absoluta dos valores humanos sobre os mecânicos e imobiliários.

E como a cidade deve ser uma unidade social ou série de tais unidades, a obra de remodelação deve se basear no princípio da ‘neighborhood unit’, dos pequenos planos e não dos grandes, como já tivemos oportunidade de expor aqui neste Instituto, em palestra realizada sobre o ‘Plano de Londres, 1943’.

Como vimos,então, o planejamento da ‘neighborhood unit’ gira em torno da escola primária, que deve ser projetada para centro da comunidade local.¹²⁸

Afirmava ser ainda necessária a criação de um Departamento de Urbanismo e de uma Comissão Consultiva do Plano da Cidade para que colaborassem no plano regulador, o que de fato se dá em 1947, com o Decreto-lei 431. Como elucidou Feldman, esse departamento era composto de diversas divisões em que as principais funções, dentre outras era a realização de levantamentos, pesquisa e elaboração de dados e a elaboração do plano em si. A comissão, por sua vez, é nomeada em 1948, mas só entra em atividade em 1953. A influência de Anhaia Mello, portanto, na criação de ambos é nítida e segue presente em alterações posteriores que propõe para o seu funcionamento.¹²⁹

O efusivo alarde do processo de metropolização da cidade nos anos 50, seus slogans ufanistas e seus promotores são taxativamente condenados por Mello, que desponta como contraponto crítico a essa visão de fato pouco contestada no momento, como veremos no capítulo seguinte. Em verdade, a visão de uma São Paulo megalopolitana, em termos mumfordianos, aterrava-o. Estimava, nos anos 50, a apocalíptica cifra de 8 milhões de habitantes para a cidade em 2050 se não se atuasse epistemologicamente a partir do urbanismo no controle da expansão espacial e populacional.¹³⁰ Como se vê nem as mais terríveis previsões de Mello para a cidade se comparam com a realidade contemporânea da cidade que em sua área metropolitana hoje já ultrapassa os 20 milhões de pessoas.¹³¹

Ainda em 1953, completando como deveria ser o plano para São Paulo, reforça a importância do controle da expansão urbana - e tal como Abercrombie havia proposto no plano para Londres e as *New Towns* recentemente desenvolviam – sugere a construção de um cinturão verde em torno à cidade: *“Fixada a população, se delimitará a área urbana, claramente por meio de um ‘muro verde’ uma ‘urban fence’ definida, que impeça o ‘ribbon development’, desenvolvimento em fita, prolongamento urbano não é cidade nem campo.”*¹³²

Por fim, a cidade deveria ser pensada a partir de um sistema viário que permitisse as altas velocidades; ser dividida em unidades de vizinhança, com seus respectivos edifícios de uso coletivo; possuir um sistema de áreas de recreio, considerando a criação de 10 acres de área verde por 1000 habitantes ou 40 m² por pessoa; e ser contornada por um cinturão verde.¹³³

Parece-nos interessante citar suas palavras quando, em 1955, via no turbilhão final dos festejos do IV Centenário da Cidade, momento adequado para chamar à reflexão não ufanista sobre os destinos da cidade:

Estou cansado de repetir essas coisas, há 30 anos. Quem sabe se agora, algo se fará, no sentido de evitar o estouro, *the crash*, que está à vista, *is at hand*. Para evitar que um balão estoure, não se sopra mais ar ou, o que é melhor ainda, deixa-se escapar algum... Cuidemos, pois, enquanto é tempo, do *Plano Regional da Região Industrial de São Paulo*; vamos corrigir a macrocefalia que é anomalia perigosa; vamos limitar o crescimento da conurbe; descentralizar a indústria; cuidar das zonas rurais; rearticular a massa amorfa da população, dando-lhes equipamento social digno, que a conduza a uma vida comunitária real, cristã e criadora; em uma palavra vamos fazer urbanismo positivo, humano, orgânico e não simples remendos, caríssimos e prejudiciais à finalidade real da cidade.¹³⁴

Mello buscava que a cidade crescesse por unidades funcionais quase auto-administradas, articuladas de modo equilibrado e onde as altas velocidades viárias não interferissem na vida cotidiana. A comunhão entre o progresso técnico e o maquinismo, com a criação de bairros comunitários social e espacialmente integrados resume sua visão da cidade de São Paulo almejada, em oposição ao crescimento difuso, fragmentário, desordenado e desequilibrado que se verificava.

A coerência de seu discurso e o desenho pensado mais a partir do particular que dos grandes planos genéricos casa com a ausência de um discurso gráfico próprio. Não se encontram planos de Anhaia Mello, ao contrário do que vínhamos estudando a respeito das propostas dos outros urbanistas, mas sim apresentou uma contribuição patentemente erudita, teórica, mas com olhar para a sua exequibilidade.

Sua reflexão teórica foi fundamental para clarificar uma alternativa de desenvolvimento urbano no período. Esta, se por um lado distava dos rumos que a cidade tomava, por outro contribuiu decisivamente para os debates urbanos e para inúmeras realizações e planos futuros para a cidade. Sua defesa do papel da escola, dos equipamentos culturais e recreativos na construção das unidades de vizinhança e, conseqüentemente, como motores de melhoria social encontram ressonância nos mais de 140 projetos de escolas, teatros populares, bibliotecas e parques infantis, entre 1948 e 1954, realizados pela Comissão do Convênio Escolar, liderada pelo arquiteto Hélio Duarte em São Paulo, a partir da proposta pedagógica de Anísio Teixeira. Essas realizações se propunham como programas completos de formação educacional para crianças e jovens e ainda como núcleos construtores de cidadania nos bairros, como comentaremos no capítulo seguinte. Nesta direção, ressaltamos que as áreas recreativas e esportivas das *escolas-parque*, como eram chamadas, eram abertas à população do bairro fora do horário das aulas, integrando-se à vida urbana e articulando o convívio sócio-cultural local.¹³⁵ As reflexões de Mello encontraram ainda

importante desenvolvimento no movimento “Economia e Humanismo” defendidas pelo Padre dominicano Louis Joseph Lebret.¹³⁶ Não percorreremos aqui este último trabalho mencionado, ainda que importe destacar sua valiosa defesa da comunhão de critérios sócio-culturais e de urbanizações descentralizadas, da solidariedade e da vida comunitária contra os desequilíbrios da metrópole.

Vê-se assim, como Mello constrói um embasamento teórico sólido, atento aos referenciais descentralizadores mencionados e à necessidade de estabelecimento de um plano regional. As áreas verdes aparecem em sua visão a partir de escalas controláveis no planejamento geral. Centrou-se, contudo, pouco naqueles que escapam a certa dimensão pequena ou média; devendo eles, de qualquer forma, atender aos apelos da promoção de áreas para jogos e o exercício físico. O núcleo principal de seu pensamento são os *playgrounds*, tipologicamente adotados de Radburn, e as distintas áreas recreativas e esportivas que se deveriam espalhar na cidade e estruturar as unidades de vizinhança. Um parque que não fornecesse áreas para o recreio ativo era, a seu ver, uma área verde inútil.

LISTA DE FIGURAS

FIG 1 - DETALHE DE PLANO DO GRANDES MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO.	271
FIG 2 - PERÍMETRO DE IRRADIAÇÃO. ULHOA CINTRA, 1924. (EM AMARELO, ANEL PROPOSTO POR FREIRE EM 1911)	273
FIG 3 - MODELO TEÓRICO DO SISTEMA RADIAL-PERIMETRAL PARA SÃO PAULO.....	276
FIG 4 - SISTEMA DE PARQUES PROPOSTO POR CINTRA E MAIA NO PLANO DE MELHORAMENTOS PARA SÃO PAULO.....	278
FIG 5 - MONTAGEM SOBRE MAPA DE SÃO PAULO DE 1924, EM QUE SE VÊEM O RING PARK PROPOSTO POR BARRY PARKER E O SISTEMA DE PARQUES E JARDINS DE CINTRA E MAIA.	278
FIG 6 - SISTEMA DE PARQUES, PARKWAYS E BULEVARES PARA SÃO PAULO. PRESTES MAIA, 1930.	280
FIG 7 - SISTEMA DE PARQUES PARA O RIO DE JANEIRO. ALFRED AGACHE, 1929.....	283
FIG 8 - PERSPECTIVA DO PLANO AGACHE PARA A ÁREA CENTRAL.....	283
FIG 9 - JARDINS DO CALABOUÇO. ALFRED AGACHE.....	283
FIG 10 - INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO CENTRO DA CIDADE.	286
FIG 11 – PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO COMPREENDIDAS DENTRO DO SEGUNDO CIRCUITO DE AVENIDAS. 287	
FIG 12 - ESQUEMA TEÓRICO DO SISTEMA DE PARQUES.....	288
FIG 13 . SISTEMA RADIAL-PERIMETRAL DE PARQUES.	289
FIG 14 - PROPOSTA DE SISTEMA DE VIAS E SUAS CONEXÕES COM OS PARQUES.	289
FIG 15 . PLANO DE EBERSTADT, MÖHRING E PETERSEN PARA O CONCURSO PARA A <i>GROSS-BERLIM</i> . 1910.	290
FIG 16 - DIAGRAMA DE PARQUES DE H. P. LANCHESTER.	291
FIG 17 - DIAGRAMA DE PARQUES DE PEPLER.	291
FIG 18 - MODELO DE CIDADE DE BRUNO TAUT. DIE STADTKRONE, 1916.	291
FIG 19 - CUNHA VERDE PROPOSTA PARA A ÁREA DO VALE DA ACLIMAÇÃO.	293
FIG 20 - VISTA DA CONSTRUÇÃO DA AVENIDA ANHANGABAÚ, UMA DAS CUNHAS VERDES PROPOSTAS POR MAIA.....	293
FIG 21 - POSIÇÃO DAS DUAS CUNHAS VERDES MENCIONADAS E DO CINTURÃO DE PARQUES NO MODELO DE PRESTES MAIA PARA SÃO PAULO.	293
FIG 22 - RIO TIETÊ À MONTANTE DA PONTE GRANDE.....	295
FIG 23 - PERSPECTIVA DO TIETÊ NA REGIÃO DA PONTE GRANDE	295
FIG 24 - PERSPECTIVA DO RIO TIETÊ.....	296
FIG 25 - PROJETO DE REFORMA DO PARQUE DO ANHANGABAÚ.....	300
FIG 26 –EIXO DA CATEDRAL DA SÉ, PALÁCIO DO GOVERNO E PRAÇA DA ESTRELA NO PARQUE D. PEDRO II.	301
FIG 27 - AVENIDA 9 DE JULHO EM SÃO PAULO.	305
FIG 28 - ARRASAMENTO DE TRÊS QUARTEIRÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO CARMO.....	306
FIG 29 - AVENIDA ANHANGABAÚ (9 DE JULHO).	306
FIG 30 - AVENIDA ITORORÓ.....	306
FIG 31 - INTERVENÇÕES VIÁRIAS NO CENTRO DA CIDADE.	307
FIG 32 - REMODELAÇÃO DO LARGO DO PAISSANDÚ.....	308

FIG 33 - LARGO DO AROUCHE.	308
FIG 34 - PRAÇA DAS INDÚSTRIAS, NO BRÁS.	308
FIG 35 - MAQUETE DE ESTUDO PARA A REMODELAÇÃO DO PARQUE DO ANHANGABAÚ.	309
FIG 36 - PARQUE DO ANHANGABAÚ TRANSFORMADO EM AVENIDA DE FLUXO RÁPIDO, EIXO DO “SISTEMA Y”.	309
FIG 37 - CROQUI DE PRESTES MAIA PARA A ÁREA DO PAÇO MUNICIPAL.	310
FIG 38 - PROJETO DE PRESTES MAIA PARA O PAÇO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.	311
FIG 39 - PROJETO VENCEDOR DO CONCURSO PARA O PAÇO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. ESCRITÓRIO RAMOS DE AZEVEDO, 1940.	311
FIG 40 - PRAÇA DA PONTE GRANDE.	312
FIG 41 - PRAÇA DA PONTE GRANDE COM EDIFÍCIO DAS ESTAÇÕES UNIFICADAS.	312
FIG 42 - PRAÇA DA PONTE GRANDE.	312
FIG 43 - PONTE GRANDE.	312
FIG 44 - REGIÃO DA PONTE GRANDE EM MAPA DE 1943.	313
FIG 45 - PROPOSTA PARA A O RIO TIETÊ E ÁREA ENTORNO À PONTE GRANDE.	313
FIG 46 - PERSPECTIVA APRESENTANDO O RIO TIETÊ E IMEDIAÇÕES DA PONTE DA CASA VERDE.	314
FIG 47 - CANALIZAÇÃO DO RIO TIETÊ NAS PROXIMIDADES DO BOM RETIRO.	314
FIG 48 - PLANO DE REFORMA DO RECIFE. ULHÔA CINTRA, 1943.	316
FIG 49 - PROJETO GERAL DE REMODELAÇÃO DA CIDADE DE CAMPINAS, 1934-8.	316
FIG 50 - 51 - FOLHAS DO CADERNO DE VIAGEM DE PRESTES MAIA AOS ESTADOS UNIDOS.	317
FIG 52 - PLANO REGIONAL DE SANTOS.	318
FIG 53 - PERSPECTIVA DO PLANO REGIONAL DE SANTOS.	320
FIG 54 - DETALHE DO PLANO REGIONAL DE SANTOS.	321
FIG 55 - VILLE RADIEUSE. LE CORBUSIER, 1936.	321
FIG 56 - PRAÇA DA REPÚBLICA, BERLIM. HUGO HÄRING.	321
FIG 57 - MORT DE LA RUE.	322
FIG 58 - PLANO REGIONAL DE SANTOS.	324
FIG 59 - ESTÂNCIA CRISTO REI DAS AGULHAS NEGRAS, 1958.	326
FIG 60 - PERSPECTIVA DA ESTÂNCIA CRISTO REI DAS AGULHAS NEGRAS.	327
FIG 61 - JARDIM UMUARAMA, 1959.	329
FIG 62 - 63 - PERSPECTIVAS DO JARDIM UMUARAMA.	329
FIG 64 - DIAGRAMA EXPLICATIVO DA DEFINIÇÃO DE 'URBANISMO', POR ANHAIA MELLO.	330
FIG 65 - DESENHO DE MELLO ILUSTRANDO A IMPORTÂNCIA DO 'ZONING'.	341
FIG 66 - DIAGRAMA DOS TRABALHOS NECESSÁRIOS PARA A MELHORA DA CIDADE DE SÃO PAULO. ANHAIA MELLO, 1929.	341
FIG 67 - ANOTAÇÃO DE MELLO COM SUGESTÕES PARA O PARQUE D. PEDRO II.	345
FIG 68 - TIPOLOGIAS DE ÁREAS DE RECREAÇÃO PROPOSTAS POR H. BARTHOLOMEW.	345
FIG 69 - MODELO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁREAS DE RECREAÇÃO EM UMA UNIDADE DE VIZINHANÇA.	346
FIG 70 - ESTUDO DE SUPERQUADRAS EM RADBURN.	346

NOTAS DO CAPÍTULO 4

- ¹ ULHÔA CINTRA, J. F. Projeto de uma avenida circular constituindo perímetro de irradiação. In: *Boletim do Instituto de Engenharia*, n.24, v.V, jan.-mar., 1924, p.332.
- ² Ibidem.
- ³ Passa a fazer parte dos quadros do Departamento de Obras Públicas da Secretaria de Viação e Obras Públicas um ano após formar-se como engenheiro pela Escola Politécnica, em 1917.
- ⁴ MAIA, F. P.; ULHÔA CINTRA, J. F. Os grandes melhoramentos de São Paulo. In: *Boletim do Instituto de Engenharia*, n. 26-7, out., 1924, p.56-60. Ver também a continuação do texto: n. 28, mar.-jun., 1925a, p.91-4; n. 29, jul.-out., 1925b, p.121-32; n. 31, mar.-jun., 1926, p.225-32.
- ⁵ MAIA; CINTRA. 1925, p.91.
- ⁶ “É hoje quase desnecessário insistir em que todos os melhoramentos devem obedecer a um plano de conjunto, onde tudo esteja previsto e coordenado, na medida do possível e sob todos os pontos de vista. (...) Nenhuma cidade pode crescer normalmente sem um tal plano, nem administração alguma exercer de maneira satisfatória seus deveres: existiria somente um regime de empreendimentos parciais, mal orientados, frutos de idéias isoladas e de interesses particulares muitas vezes contraditórios, onerosos e sem eficácia que só da coordenação pode resultar. Esta necessidade de coordenação e previsão é tão premente que os americanos a estendem além dos limites da cidade, promovendo o ‘regional planning’.” Idem. p.93.
- ⁷ Nos discursos de hoje em dia possivelmente se trocaria a palavra “imigrante” por “turista”. Ibidem.
- ⁸ MAIA; CINTRA. 1925, p.126.
- ⁹ Ibidem.
- ¹⁰ Tanto as de *primeira classe* como a perimetral deveriam ser realizadas em primeiro lugar. As de *segunda classe* se realizariam, portanto, em uma etapa posterior. As primeiras seriam: a Avenida São João, a Avenida Conceição, Avenida D. Pedro I, Avenida Anhangabaú (9 de julho), Avenida Celso Garcia e Avenida Liberdade. As de *segunda classe* seriam: a Avenida Rudge, a Rua da Consolação, a Avenida Brigadeiro Luis Antônio a Rua Conselheiro Furtado, a Rua da Mooca e a Rua Carlos de Campos.
- ¹¹ Cristina Leme afirma que se configurou como alternativa à proposta desenvolvida pela Companhia Light, em 1927, de reformulação do sistema de transportes de bonde e transportes subterrâneos de São Paulo. LEME. 1999, p.486.
- ¹² Cf. COLLINS. 1995, p. 209.
- ¹³ “com a extensão do território urbano, parques, jardins, terrenos de esportes e de jogos, reservas arborizadas, terras abertas ao sol, não podem mais ser consideradas como um luxo, mas como um elemento indispensável ao desenvolvimento da cidade e à própria vida dos habitantes.” AGACHE. 1929, p.203.
- ¹⁴ O primeiro ocupando a faixa litorânea da Urca até a área do Jardim do Calabouço, entrando em direção à Quinta da Boa Vista; a segunda deste último local em direção à zona norte e o terceiro em torno à Lagoa Rodrigo de Freitas.
- ¹⁵ AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação e embelezamento*. Paris: Foyer Brésilien editor, 1930, p.206.
- ¹⁶ Encontra-se hoje na “Sala Prestes Maia” da Biblioteca Presidente Kennedy, em São Paulo.
- ¹⁷ MAIA. 1930, p.1.
- ¹⁸ Idem. p.7.
- ¹⁹ Idem. p.85.
- ²⁰ Cf. NESSÛS. 1971, p.11-17.
- ²¹ LEWIS. 1916, p.49.
- ²² Relembramos que em relação aos parques e jardins públicos criados até a década de 30, poucos são e se resumem ao Jardim da Luz (1825), aos Jardins do Museu da Independência (1909), Parque Trianon (1911), Parque Buenos Aires (1913), Parque Anhangabaú e Parque D. Pedro II (1918-22). Cf. BARTALINI, V. Os Parques Públicos Municipais em São Paulo. In: *Paisagem Ambiente* Ensaios. São Paulo, n.09, dez., 1996, p.125-148.
- ²³ MAIA. 1930, p.40.

-
- ²⁴ Idem. p.85.
- ²⁵ Idem. p.122.
- ²⁶ Idem. p.128-30.
- ²⁷ LEWIS. 1916, p.146.
- ²⁸ RIBA. 1910, p.240.
- ²⁹ ABERCROMBIE, P. *Town and Country Planning*. London: Oxford University Press, 1933, p.147.
- ³⁰ MAIA. 1930, p.128.
- ³¹ Idem. p. 342.
- ³² Na biblioteca pessoal de Prestes Maia consta o livro de Dierberger: *Arte e Jardim*, com dedicatória do autor, que o trata por “prezado amigo”. DIERBERGER. 1928.
- ³³ Frase de Coolidge citada em: MAIA. 1930, p.348 e MELLO. L. I. A. *Problemas de Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas*. São Paulo: Boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo, 1929b, p.12.
- ³⁴ Essa era uma preocupação difundida na urbanística alemã e defendida por Hénard. Le Corbusier, por outro lado, como vimos no capítulo anterior, já se posicionara naqueles anos contrário a esta postura, defendendo que o esporte deveria estar ao pé das residências, espalhado por toda a cidade e não concentrado na periferia.
- ³⁵ MAASS. 1980. p.57-9.
- ³⁶ PANZINI. 1993, p.284.
- ³⁷ LEWIS. 1916, p.136. Vale recordar que Agache também defendeu a mesma postura em seu projeto para o Rio de Janeiro.
- ³⁸ MAIA. 1930, p.40.
- ³⁹ MAIA. 1930, p.72.
- ⁴⁰ Idem. p.20.
- ⁴¹ Além dos exemplos de Nova York e de outras realizações norte-americanas, eram também conhecidos os trabalhos de Le Corbusier e sua fixação inicial pelos arranha-céus. Os seus escritos sobre o ângulo reto e a importância da marcação entre horizontal e vertical chamam a atenção de Maia, que o cita. Cf. nota 93, do capítulo 3.
- ⁴² Hegemann havia dirigido a Exposição Internacional de Urbanismo de Berlim, em 1910, e chega a Buenos Aires em 1931 para dar uma série de conferências, tendo como um dos focos a falta de áreas verdes naquela cidade. Veja: HEGEMANN, W.; PEETS, E. *American Vitruvius: an architect's handbook of civic art*. New York: Architectural Book, 1922 e COLLINS. 1995.
- ⁴³ Escreveu este livro após Conferencia na Universidade de Columbia nos Estados Unidos com o tema *Urban Art*. Cf. SCHORSKE. 1980, p.96.
- ⁴⁴ Idem. p.98.
- ⁴⁵ Após o mandato de Pires do Rio, encerrado em outubro de 1930, houve 12 câmbios de governo na prefeitura, com 10 prefeitos diferentes, até a tomada de posse de Fabio Prado.
- ⁴⁶ CAMPOS NETO. 1999, p.469.
- ⁴⁷ Também do governo Prado são a Biblioteca Municipal, o estádio do Pacaembu e o novo Viaduto do Chá, no Parque do Anhangabaú.
- ⁴⁸ MAIA, F. P. *Os Melhoramentos de São Paulo*. São Paulo: PMSP, 1945, p.I.
- ⁴⁹ HOLANDA. 1963.
- ⁵⁰ FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001, p.209.
- ⁵¹ Idem. p.210-1.
- ⁵² Piacentini realizou ainda na década de 30 um projeto para a cidade universitária da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro. Para maiores informações sobre estes projetos, confira: SEGAWA. 1999, p.73-6.

- ⁵³ MONBEIG, P. *La croissance de la ville de São Paulo*. Grenoble: Institut et revue de géographie alpine, 1953, p.71 e 82-3.
- ⁵⁴ MAIA. 1945, p.12-3.
- ⁵⁵ Idem. p.12.
- ⁵⁶ GIEDION. 1978a, p.788.
- ⁵⁷ Embora seja posterior o artigo intitulado *Arquitetura e Cidade* é ilustrativo dos conhecimentos de Maia acerca dos movimentos artísticos internacionais. Faz um breve recorrido pela história da arte e da estética, tecendo comentários acerca das vanguardas: “o abstracionismo nasceu com Kandinsky por volta de 1910. (...) Na Rússia surgiram quase simultaneamente o raionismo, o suprematismo e o construtivismo. De Launay fazia tentativas semelhantes em França. Van Doesburg, holandês, e Mondrian criam o neoplasticismo e iniciam a literatura abstracionista.” MAIA, F. P. *Arquitetura e Arte*. In: *Revista de Engenharia Mackenzie*, n. 126, set.-dez., 1955, p.64.
- ⁵⁸ Underwood postula que a criação da praça “Entrada do Brasil” por Agache acena para a percepção de que o desenvolvimento da cidade seria fortemente estimulado pelo turismo europeu e que, portanto, esta praça conteria o caráter simbólico de espaço de boas-vindas e que deveria causar a primeira impressão positiva nos forasteiros. Cf. UNDERWOOD, D. Agache, French Sociology, and Modern Urbanism. In: *The Journal of the Society of Architectural Historians*, v.50, n.2, jun., 1991, p.156. No caso de São Paulo, esta preocupação em atrair turistas também se manifestava e se tornava ainda mais importante que no Rio de Janeiro, em função da ausência de belezas naturais comparáveis às da capital, o que reforçava a importância de ações humanas na configuração de espaços de interesse para o visitante.
- ⁵⁹ MAIA. 1945, p.13.
- ⁶⁰ SILVA, L. N. P.; CAMARGO, M. V. M. *Dados Biográficos: Francisco Prestes Maia*. S/L, S/N, p.7.
- ⁶¹ MOREIRA, F. D. A aventura do urbanismo moderno na cidade do Recife, 1900-1965. In: LEME. 1999, p.148.
- ⁶² CAMPOS NETO. 1999, p.517.
- ⁶³ Analisando seu caderno de viagem, verificamos que se tratou de uma estadia entre os meses de agosto e setembro de 1946, período em que visitou algumas cidades, como: Washington, Nova York e Chicago. Veja-se ainda o artigo: MAIA, P. O programa norte-americano de melhoramentos para São Paulo. In: *Revista Digesto Econômico*, n.77, abr., 1951, p.5-27; em que na página 24 menciona explicitamente esta viagem e o encontro com Robert Moses.
- ⁶⁴ Dirigido inicialmente por Nelson Rockefeller, a função estatutária deste instituto era promover a arte e cultura norte-americanas na América Latina e estabelecer convênios de cooperação em diversos campos.
- ⁶⁵ Também é o momento de grande reconhecimento internacional da arquitetura moderna brasileira, sobretudo pela valorização no contexto europeu das produções cuja adequação local se reconhecia como alternativa ao maquinismo e à visão de progresso do entre-guerras.
- ⁶⁶ Esta busca de separação entre pedestres e veículos tem raízes diversas e podemos mencionar como já estavam presentes no plano de Cerdà, onde propõe jardins no interior das quadras; no Central Park de Olmsted e na cidade industrial de Tony Garnier. Qualquer que tenha sido a referência imediata, se por um lado o automóvel possibilitava a difusão dos modelos de urbanização periféricos aos grandes centros urbanos, por outro, buscava-se isolá-lo do contato com os transeuntes, sendo ele um elemento de distúrbio se presente nas atividades cotidianas da vida comunitária estimada.
- ⁶⁷ Cf. MUMFORD. 2000, p.170 e p.176-7; e PEARLMAN. 2000, p.201-239.
- ⁶⁸ GIEDION. 1997a, p.167-8.
- ⁶⁹ MAIA, P. *Plano Regional de Santos*. São Paulo: S/N, 1950, p.222.
- ⁷⁰ Idem. p. 220-2.
- ⁷¹ Este último é citado a partir de seu projeto para Manhatam. Maia, entre a liberdade projetual e os limites da realidade, critica seus super-blocos e, adaptando-os em grupos de edifícios menores, cria suas unidades de vizinhança através de prédios e não de casas (como se havia dado em Radburn).
- ⁷² Maia, quando comenta sobre a possibilidade de elevar a via central em certo trecho, remete aos projetos de 1929, de Le Corbusier: “*Le Corbusier avançaria um passo mais, dispondendo a via expressa (como projetou no Rio, entre o centro e a zona Atlântica) no teto numa edificação contínua, que assim aproveitaria a estrutura e o espaço interior*”. De maneira mais modesta, Maia propõe que a via central se articule em ambos os lados do território por uma ponte levadiça. MAIA. 1950, p.206.

- ⁷³ Idem. p. 200.
- ⁷⁴ Vale mencionar o caso de Barcelona, da *Cité Industrielle*, além de outras tantas propostas como a de Hilberseimer no livro *Arquitetura da Grande Cidade*, e de Le Corbusier desde seus primeiros estudos urbanísticos.
- ⁷⁵ O morro, portanto, não deveria ser arrasado. Lembremo-nos de que ao princípio da década de 40 são feitas propostas para urbanização da área do morro do Castelo e que é do mesmo período o início do desmonte do morro Santo Antônio, ambos no Rio de Janeiro. Cf. CENIQUEL, M. *Afonso Eduardo Reidy: Ordem, Lugar e Sentido*. São Paulo: FAUUSP, Tese de Doutorado, p.122.
- ⁷⁶ MAIA. 1950, p.210. Robert Moses é figura de conhecida importância no planejamento urbano nos Estados Unidos. Em 1924 ocupou o cargo de chefia do *State Council of Parks* e, de 1934 a 1960, o cargo de *New York City Parks Commissioner*, além de outros. Responsável por estudo para a cidade de São Paulo, publicado em 1950, e que abrangia vários aspectos referentes às obras públicas a serem realizadas. Cf. MOSES. 1950. O trabalho de Moses para São Paulo será discutido no capítulo 5.
- ⁷⁷ MAIA. 1951, p.24.
- ⁷⁸ MAIA. 1950, p.236.
- ⁷⁹ Idem, p.209.
- ⁸⁰ Ressaltamos como desde os princípios dessa companhia, importantes nomes do cenário urbanístico tomam parte em seu quadro diretivo, como foi o caso de Freire, Bouvard, Parker e também de Maia.
- ⁸¹ *Op.cit.*, p.364.
- ⁸² “Ao inverso das cidades-jardins, que dispõem o comércio no centro e as residências em redor, as unidades de que tratamos (*neighborhood units*) colocam o comércio na periferia, os apartamentos na zona média, e as residências no centro, onde também ficam o jardim, a escola, o templo, o clube etc.” MAIA. 1950, p.221.
- ⁸³ Nesta direção, a criação de parques nacionais e estaduais também se inicia no último quarto do Oitocentos, a partir do Parque de Yellowstone, por um lado, e do parque de Yosemite, por outro, alcançando grande impulso nas primeiras duas décadas do século XX. Cf. SICA. 1980, p.663-5.
- ⁸⁴ DAL CO. 1988, p.230.
- ⁸⁵ Vem ao continente americano no princípio da I Guerra, passando pelo Canadá, e instalando-se logo nos Estados Unidos, onde foi um dos principais divulgadores desse ideário. Realiza inúmeros projetos e artigos, sendo seu principal trabalho a direção do RPNYE.
- ⁸⁶ HALL, P. *Ciudades del mañana*. Historia del urbanismo en el siglo XX. Barcelona: Ediciones Serbal, 1996, p.148-68; LUQUE. 2004, p.659.
- ⁸⁷ GEDDES, P. *Cities in Evolution: and introduction to the Town Planning Movement and to the study of Civics*. London: Williams & Norgate, 1915.
- ⁸⁸ Dal Co expõe ainda como se constituiu como uma *Garden City and Regional Planning Association*, logo assumindo seu nome final e aderindo à *International Garden Cities and Town Planning Association*. DAL CO. 1988, p.257-8.
- ⁸⁹ MEYERS, A. *Invisible Cities: Lewis Mumford, Thomas Adams, and the Invention of the Regional City, 1923-1929*. In: *Business and Economic History*, v. 27, n.2, 1998, p.293.
- ⁹⁰ Desenvolve esta idéia em 1925 no artigo intitulado: *The Fourth Migration*. Confira também: MUMFORD, L. *La Cultura de las Ciudades*. Buenos Aires: Emecé, 1957; HALL. 1996, p. 302-8; DAL CO. 1988, p.166 e D’ANIERI, P. A “Fruitful Hypothesis”? The Regional Planning Association of America’s Hopes for Technology. In: *Journal of Planning History*, v.1, n.279, 2002, p.279-89.
- ⁹¹ Giedion ao tratar dos rumos da metrópole moderna, no livro *Space, Time and Architecture*, tem olhos para o período Roosevelt e o novo processo colonizatório empreendido. Opõe-se à criação de subúrbios e cidades-satélites como resposta aos problemas da industrialização, chegando mesmo a ver nessa solução a destruição da idéia de cidade. Em oposição, aponta para a necessidade de reestruturação das metrópoles existentes, entendendo-as como componente da cultura humana ao longo da história. GIEDION. 1978a, p.763-5.
- ⁹² RAINWATER, C. *The Play Movement in the United States: a study of community recreation*. Chicago: University of Chicago, PhD Dissertation, 1921, p.45.
- ⁹³ Em ordem: *Children’s playgrounds; Town Square, Rest Gardens etc.; School Playgrounds and Fields; Landscape Town Parks; Large Playing Fields; Recreation and Sports Centres, Connecting and Radiating*

Parkways; Interpenetrating wedges of varied open land; Smaller Green Belts; Commons and Heathlands; the rivers, Green Belt Reservations; areas of High Scenic value e, por fim, The Outer farmland. ABERCROMBIE, P. *Greater London Plan 1944*. London: His Majesty's Stationery Office, 1945, p.103.

- ⁹⁴ Cf. seu texto: *Organic Neighborhood Planning* presente em *Housing and Town and country Planning*, de 1949 e *Scope of total Architecture*. New York: Harper and brothers, 1955. Como desabafo, Gropius chegaria a escrever: “*comprendo que soy una figura cubierta de rótulos, quizás hasta el punto de hallarme envuelto en la obscuridad. Nombres como ‘Estilo Bauhaus’, ‘Estilo Funcional’, casi han llegado a ocultar por completo el núcleo humano que alienta detrás de todos ellos y me siento ansioso, por consiguiente, de practicar algunas hendiduras en este maniquí que ha enfundado la gente atareada.*” Aqui usamos a versão em castelhano deste último livro mencionado: *Alcances de la arquitectura integral*: Buenos Aires, ediciones La Isla, 1956, p.19.
- ⁹⁵ PEARLMAN. 2000, p.223. A autora comenta como durante as classes em Harvard e sob influência direta de Gropius, “*Whether rich or poor, the fictional clients that GSD students encountered in their design problems aspire to live outside the city*”. E que: “*Gropius (...) and their students designed New Towns or Satellite Towns, ‘country cities in city countries’ aimed at satisfying ‘the human desire for more liberty, for more freedom in space and time, and for more natural life’.* (...) *In the age of new ‘space and time bridging machines’ (mass automobility), Gropius and his students relegated ‘centralization – the town building tendency of the past centuries’ to the dustbin.*”
- ⁹⁶ LUQUE. 2004, p.20-21.
- ⁹⁷ Sobre as áreas verdes de Crawley, Osborn escreve: “*Three parks are situated about ½ mile (0.8 Km) from the centre in different directions, while sports grounds and playing fields are conveniently placed in the various districts.*” OSBORN, F. J.; WHITTICK, A. *New Towns, Their origins, Achievements, and Progress*. London: Leonard Hill, 1963, p.57.
- ⁹⁸ MELLO, L. I. A. *Problemas de Urbanismo*: bases para a resolução do problema técnico. São Paulo: Boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo, 1929a; MELLO. 1929b. Pautando-se em Harland Bartholomew, apresenta a necessidade de realização de *Surveys*, divididos em: Sistema Geral de Viação, de Circulação, de Transportes, de Recreio, no Zoning e Arte Cívica (entendida como ‘manifestação visual da cultura da cidade’). p.10.
- ⁹⁹ Harland Bartholomew é chamado de “*príncipe dos urbanistas norte-americanos*”. Foi professor de Civic Design na Universidade de Illinois, de 1918 a 1956, realizou inúmeros planos para cidades nos Estados Unidos e foi grande defensor dos planos de conjunto realizados a partir de estudos sistemáticos do local e de uma postura orientada à adaptação dos traçados à topografia e na realização de sistemas integrados de vias, parques e equipamentos de uso coletivo. John Nolen também era urbanista, realizou planos para diversas cidades, foi membro da *American Society of Landscape Architects* e em 1927 foi eleito presidente da *National Conference on City Planning*. Ambos foram influenciados pelas visões compreensivas do *Town Planning* britânico e, como já dito, pelas cidades-jardim.
- ¹⁰⁰ “*O que se pode afirmar e provar facilmente, com dados positivos, é que os nossos atuais problemas urbanos que ainda não resolvemos e parece não pretendemos resolver tão cedo, já foram integralmente resolvidos em grande número de cidades estrangeiras e principalmente nas americanas.*
Estas são as que devemos imitar, não só pela paridade de situação, mas também pela excelência do modelo”. Afirmara ainda que: “*Em matéria de Urbanismo os Americanos estão na vanguarda do mundo; são wagnerianos dessa ciência e arte, enquanto nós ensaiamos ainda o ‘la donna é mobile’ de projetos fracionados*”. MELLO. 1929a, p.13 e p.31.
- ¹⁰¹ Os principais exemplos, seriam: a *National Municipal League*, *National Conference on City Planning*, *American society for Municipal Improvements*, a *American Society of Landscape Architects*, a *Playground and Recreation Association of America*, Rotarys, Câmaras de Comércio etc.
- ¹⁰² MELLO. 1929a, p.37.
- ¹⁰³ MELLO, L. I. A. Urbanismo e suas normas para organização de planos. In: *Boletim do Instituto de Engenharia*, abr., 1933b, p.210.
- ¹⁰⁴ Idem. p.40.
- ¹⁰⁵ Idem. p.73.
- ¹⁰⁶ Através da Lei Cordunet toda a cidade com mais de 10.000 habitantes era obrigada a organizar um plano de sistematização, embelezamento e extensão. Nele deveriam estar presentes a situação, extensão e disposição das praças, jardins públicos, terrenos de jogos, parques e outras áreas verdes. A TPA sofreu adaptações até 1925 e decidia que todas as cidades inglesas com população superior a 20.000 habitantes seriam obrigadas a realizar um plano geral de ‘melhoramentos’ e extensão.

- ¹⁰⁷ De acordo com Marcuse, o zoning teve sua origem na Califórnia, onde foi usado para eliminar as lavanderias chinesas e que logo passou a ser uma das principais ferramentas para salvaguardar o valor das propriedades, excluindo os usos do solo que não se consideravam adequados e os vizinhos não desejados. Hall demonstra ainda como este último aspecto segregador se consolida como estratégia em diversas cidades no período. Cf. HALL. 1996, p. 304-8.
- ¹⁰⁸ MELLO. 1929a, p.112.
- ¹⁰⁹ Idem. p.15.
- ¹¹⁰ MELLO. 1933b, p.210.
- ¹¹¹ MELLO, L. I. A. A cidade celular - quadras, superquadras e células residenciais. In: *Boletim do Instituto de Engenharia*, n. 94, set., 1933a, p.131-42.
- ¹¹² Cf. os capítulos: “*Education for Town Planning, and the need of Civics*” e “*The Survey of Cities*”, em: GEDDES. 1915, p.295-312 e p.329-38.
- ¹¹³ WEIR, L. H. *Parks: a manual of Municipal and County Parks*. New York: A. S. Barnes and Company. 1928. Esse livro, presente na biblioteca de Mello, apresentou o resultado do estudo conduzido pela *Playground and Recreation Association of America* e *American Institute of Park Executives* a pedido da *National Conference on Outdoor Recreation*. Pontuam logo ao princípio do texto o porquê de se construir parques, sendo estes os principais motivos: seria necessário para a manutenção das condições físicas da população, contribuiria para a recreação ‘criativa’, forneceria espaços belos, poderia abrigar apresentações musicais e teatrais, fomentaria o desejo pelo conhecimento da natureza, aumentaria a alegria de viver, e seria local seguro para os jogos infantis, prevenindo a delinquência e incrementando o valor das propriedades vizinhas. p.1-13.
- ¹¹⁴ Inserção das cidades em meio natural.
- ¹¹⁵ MELLO. 1929b, p.12.
- ¹¹⁶ MELLO. 1929a, p.24.
- ¹¹⁷ MELLO. 1929b, p.22.
- ¹¹⁸ Lembramos que o Parque D. Pedro II faceava a colina central e o Brás, um dos principais distritos industriais da cidade. Idem. p.25-7.
- ¹¹⁹ Idem. p.17.
- ¹²⁰ Como comentamos, a mesma citação será usada por Prestes Maia e incorporada no seu discurso sobre a necessidade de provimento de espaços para recreação e esporte em seu Plano de Avenidas. Idem. p.13.
- ¹²¹ Mello não inclui os parques que estavam sendo propostos ao longo do Tietê e sequer os menciona.
- ¹²² “*Large parks which offer Woodland or forest delights do not belong to the equipment of the local community but to the city at large. In the neighborhood there should, of course, be spaces affording the enjoyment, which only beautiful landscaping can give, but these will necessarily be small and will often take the form of circles or ovals, or breathing spots at street junctions. The green, or common – there should be one in every unit neighborhood – will naturally be seeded and might well show some fine planting as well as ornamentation with sculpture and monuments. But the special play spaces need not and should not be devoid of trees, grass or landscaping.*” PERRY, C. *The Neighborhood Unit: from the Regional Survey of New York and Its Environs*, v.VII, Neighborhood and Community Planning. New York: Routledge, 1929, p.61.
- ¹²³ MELLO. 1929b, p.53. Também é nítida a influência do trabalho de Robert Moses na criação de centenas de *playgrounds* e de um bom número de piscinas públicas, na década de 30, em Mello.
- ¹²⁴ Idem. p.56.
- ¹²⁵ CAMPOS NETO. 1999, p. 443.
- ¹²⁶ MELLO, L. I. A. Um Plano Regulador para o Município: Orientação Planológica e Organização Administrativa. In: *Engenharia*, nov., 1945, p.89-90.
- ¹²⁷ Derivadas do modelo de cidade-jardim, e com forte influência das *neighborhood units* de Radburn, os planos regionais para a definição de *New Towns*, e seu desenho específico, bem como o plano de Abercrombie para Londres, permearam os debates sobre descentralização urbana no Brasil no período.
- ¹²⁸ MELLO. 1945, p.98 e 105.
- ¹²⁹ Feldman comenta ainda que a Comissão era constituída por representantes do executivo, do legislativo, das universidades, de entidades profissionais e de associações particulares, e por outros elementos designados pelo

prefeito. FELDMAN, S. *Planejamento e Zoneamento*: São Paulo, 1947-1972. São Paulo: FAUUSP, Tese de Doutorado, 1996, p.21-42

- ¹³⁰ Cf. MELLO, L. I. A. Os novos moldes da composição urbana – ‘Town Design’. In: *Revista Digesto Econômico*, n.109, dez., 1953, p.95; MELLO, L. I. A. Urbanismo Positivo e Urbanismo Negativo - As modernas cidades inglesas. In: *Revista Engenharia Municipal*, v.I, n.3, 1956; MELLO, L. I. A. Conferência sobre o Plano Regional Urbanístico de São Paulo. In: *Revista da Administração Municipal*, n.2, 1955a, p.82-4; MELLO, L. I. A. São Paulo e a necessidade de um Plano- Diretor. In: *Revista da Administração Municipal*, n.2, 1955b, p.167-172.
- ¹³¹ O que a classificaria entre a Tiranópolis e a Necrópole, de Mumford.
- ¹³² MELLO. 1953, p.102.
- ¹³³ Idem. p.102-3. Cf. tb.
- ¹³⁴ MELLO, L. I. A. Visão do Futuro e Realidade do Presente. In: *Habitat*, n.21, 1955c, p.2.
- ¹³⁵ O Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no Brasil, ARQBRAS, da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, chefiada pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Martins desenvolveu um amplo estudo sobre o Convênio Escolar, culminando com a exposição “Construir a Escola, Construir a Cidade: A Experiência do Convênio Escolar em São Paulo 1948-54”, na IV Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, em 1999, da qual participamos como pesquisador de iniciação científica. Cf. MARTINS, C. A. F. . Construir a Escola, Construir a Cidade. A experiência do Convênio Escolar em São Paulo: 1948-54. In: MACHADO, L.G.; FISBERG, Luis. (Org.). *IV Bienal Internacional de Arquitetura*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, v. I, 1999, p. 90-93.
- ¹³⁶ Em 1956 a Prefeitura contrata a Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), coordenada por Lebet, para a realização de um estudo da região metropolitana. Esta entrega, um extenso relatório analítico com orientações sobre como deveria ser o desenvolvimento da cidade, em que se verifica a argumentação em favor da descentralização, do descongestionamento e do ideário das unidades de vizinhança.